O PIAUÍ PARA O BEM DA NOSSA GENTE

Proposta preliminar para discussão e definição do Plano de Governo das Oposições 2022

INDICE

I – O PIAUÍ QUE QUEREMOS

II - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

III - DIRETRIZES E CONCEITOS A SEREM ADOTADOS

IV - QUALIDADE DE VIDA

- ✓ Educação
- ✓ Saúde
- ✓ Segurança
- ✓ Assistência Social
- ✓ Cultura
- ✓ Meio Ambiente
- ✓ Recursos Hídricos
- ✓ Esportes e Lazer

V-INFRAESTRUTURA ECONÔMICA

- ✓ Rodoviária
- ✓ Habitação Popular
- ✓ Ferroviária
- ✓ Saneamento
- ✓ Energética

VI - TEMAS ESPECIAIS

- ✓ Estratégia Produção, Crescimento e Emprego
- ✓ Estratégia Finanças públicas
- ✓ Estratégia Turismo
- ✓ Estratégia Parcerias Públicas Privadas
- ✓ Estratégia Parcerias Municipais
- ✓ Planejamento e investimento para o desenvolvimento

O PIAUÍ QUE QUEREMOS

O documento que segue é resultado da união e do esforço de homens e mulheres que doaram seu tempo, conhecimentos e experiências profissionais vividas para o bem do nosso Piauí.

Apresentamos um conjunto de propostas abertas à discussão da sociedade civil organizada, que faremos ao longo do processo eleitoral, conforme define a legislação vigente. Podemos revê-las, ampliá-las, melhorá-las.

A nossa motivação é colocar o Piauí nos trilhos do desenvolvimento, tendo a realidade como referência e o sentimento de mudança presente no coração dos piauienses como necessidade.

Estamos em busca de legitimação para um programa de trabalho exequível, justo, necessário. E que seja realmente transformador, capaz de reposicionar o Piauí no contexto regional nordeste e na Nação brasileira.

Ninguém percorre grandes distâncias sem dar os primeiros passos e seguir em frente.

Temos longos desafios a vencer para que consigamos melhorar a vida da nossa gente: educação de qualidade; saúde que atenda bem, aliviando dores e curando as doenças; segurança pública efetiva que proteja; uma casa para servir de abrigo; assistência social que enfrente as desigualdades, a exclusão social, a fome e o desemprego.

Os desafios da transformação verdadeira vão além.

Temos que trabalhar para diversificar a economia tornando-a também produtora de bens, mercadorias e serviços, que agreguem mais valor.

Para isso devemos poupar par investir com orientação, tendo autonomia de decisões. Precisamos construir infraestrutura para dar suporte ao crescimento.

É este o sonho de servir ao povo, com o Estado podendo ser do povo, de fato.

O Estado-governo que queremos deve ter algumas características pelas quais valerá à pena lutar e decidir por elas.

Primeiro de tudo: **o Estado é o povo**, sendo território e Governo. É pela maioria do povo que devemos decidir. Pelos que mais precisam do Estado e do Governo.

O Piauí precisa ser e estar **equilibrado** financeiramente para ser sustentável e justo.

O Estado não precisa ser maior que tudo, mas deve ser **suficiente** para suprir as necessidades do povo no governo.

O Estado do Piauí precisa ser **ágil** para apresentar soluções duradouras para os problemas que se apresentam.

Mais que ágil, precisa **ser eficiente** no uso dos recursos humanos, financeiros, naturais e técnicos disponíveis.

Mas o Estado precisa ser também **produtor de bons resultados**, aqueles que levam benefícios sempre maiores `a maioria da população.

E por fim, deverá o Piauí ser **moderno e inovador** na gestão e uso das tecnologias. Não podemos ficar no fim da fila do desenvolvimento. Não estamos condenados ao fim. Temos potencialidades, um povo forte, corajoso, trabalhador. Saberemos ocupar um lugar digno de quem pode ter também oportunidades.

Para que possamos liderar o estado nesse longo caminho, precisamos de você. Que esteja ao lado da oposição, para fazermos um Piauí melhor para todos.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Um Governo precisa de foco, de atuar com orientação firme e objetiva para não perder - se em falsas urgências e necessidades que não cabem numa linha de prioridades reais.

Os objetivos setoriais e programáticos, que são muitos e diversificados devem existir voltados, entretanto, aos objetivos maiores aos quais estarão diretamente comprometidos.

Elegemos dois grandes objetivos integrados entre si, para os quais todos os esforços governamentais deverão estar voltados.

É missão do futuro Governo piauiense:

- 1- Melhorar as condições de vida do nosso povo, naquilo que é mais urgente e essencial, como elemento de transformação e estabelecimento de um padrão mínimo de dignidade e respeito.
- 2- Expandir a economia piauiense para que se torne diversificada, sustentável, geradora de empregos, fomentando a renda para o consumo das famílias, atuando nos espaços que lhe são possíveis e nos instrumentos que lhe são permitidos: estabelecer um ambiente de negócios atraente e desburocratizado; programar e realizar investimentos públicos compatíveis com retorno e sustentáveis.

DIRETRIZES E CONCEITOS A SEREM ADOTADOS

Um governo voltado à apresentação de resultados mensuráveis deverá ser bem orientado para ser bem formado e conduzido. Em essência é o que representa a anunciação antecipada dos princípios inspiradores sobre os quais as equipes deverão seguir com rigor.

- a. A honestidade e a seriedade.
 - É hoje e sempre será base de tudo que se faz na vida pública, com uso dos recursos que são de todos e de ninguém em particular.
 - Antes de tudo, ser honesto com o dinheiro envolvido e com as escolhas feitas, com as prioridades eleitas. Portanto, é imprescindível na atividade política.
- b. Contas equilibradas.
 - Significa dizer que a responsabilidade fiscal deve ser rigorosamente observada e cumprida à risca. O Governo deve caber no Estado e não o contrário.
 - Caberá ao Governo orientar os gastos do Estado na medida das necessidades e das disponibilidades de caixa do Tesouro Estadual.

Para tanto. o Piauí deve passar a adotar uma política financeira que revele visão estratégica tanto na qualificação da poupança estadual quanto na qualificação dos investimentos.

O dinheiro público deve ser gasto com orientação segura e responsabilidade, que preserve a governabilidade no presente e garanta um futuro de prosperidade; onde eventuais contratos de empréstimos sejam garantidos pelas reais condições de pagamento.

c. Planejamento das ações.

Sem planejar o que será feito com todo o cuidado necessário não será possível alcançar os melhores resultados que justifiquem o uso dos recursos destinados ao que será feito.

Nossas necessidades são ilimitadas – sempre queremos e precisamos de mais – enquanto que os recursos que temos são menores do que temos.

Planejar é preciso para se ir mais longe e da melhor maneira. Sem nada desperdiçar. Sem perder tempo. Sem ter que refazer o já feito. Sem improvisar.

O esforço de planejar será expresso na cuidadosa elaboração de planos, programas ou projetos, ajustados em perspectivas de curto, médio e longo prazo.

Todo planejamento partirá de estudos, levantamentos e diagnósticos bem formulados; com clara definição de objetivos e metas alcançáveis; com estratégias, táticas e ações exeqüíveis; com execução bem acompanhada e supervisionada; e avaliação criteriosa.

Isso porque o passado nos ensina, o presente se ilumina e o futuro será aquilo que soubermos fazer.

Planejar sempre é garantia de resultados e desperdícios reduzidos. É o meio ideal para ampliar benefícios. E por isso mesmo, deve ser a base necessária para obtenção dos maiores e melhores resultados em todos os campos abrangidos pela ação estatal – mesmo nas menores ou maiores.

O planejamento, que nada mais é do que tudo fazer antes de fazer, representará a mais importante orientação estratégica do novo governo. Aquela capaz de, ao escolher foco, traçar objetivos e metas, definir a estratégia correta para atingi-los, as táticas mais confiáveis e os meios mais adequados, apresentar a melhor relação custo-benefício possível ao Estado.

A ausência de planejamento ou o planejamento malfeito, total ou parcial, abriria caminho para desperdícios de recursos de toda ordem e propiciaria fuga pelos ralos da corrupção.

d. A *descentralização* das ações, para fazer com que os serviços estatais, os empregos e as oportunidades estejam tão próximos quanto possíveis do

cidadão residente na capital, no litoral ou no sertão, e para que seus benefícios sejam ampliados.

e. A participação e o compartilhamento das decisões.

Entendemos que ninguém deve decidir nada sozinho. O isolamento não é bom conselheiro. A participação deve ser institucionalmente estimulada porque fortalece as decisões e escolhas e tona legítimos os objetivos. Devemos multiplicar e fortalecer os Conselhos representativos no funcionamento do Governo, na configuração dos serviços estatais, especialmente.

Estimular as práticas de audiências públicas para debater e orientar questões relevantes, ouvir opiniões divergentes e ajudar na formação de consensos. Naturalmente sem desconhecer a importância das tradicionais instituições representativas: Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais.

f. A parceria.

Desde que seja real e sincera; equilibrada e benéfica aos parceiros, tudo aquilo que é feito em parceria é melhor porque sustenta-se na igualdade entre direitos e deveres.

A parceria em que as partes são entes públicos; a parceria que articula interesse público e o interesse privado, representa uma força da sociedade, extremamente importante, porque integra e articula recursos de toda ordem visando compartilhamento de benefícios.

g. A transparência dos atos e decisões.

Governos não devem ter o que esconder. Quando envolve recursos públicos, e tudo envolve, há que se ter transparência correspondente para preservar a lisura dos atos e decisões, a relevância das intenções e dos gestos, e para permitir que se forme opinião sobre aquilo que foi decidido, planejado, executado e avaliado. Sobretudo para que seja possível revelar o alcance dos benefícios proporcionados.

Há que se preservar acima de tudo a legalidade, a confiança depositada, o equilíbrio e a justiça, e os meios adotados.

h. Visão e atuação regionalizada.

O Piauí é um território que apresenta potencialidades e oportunidades bastante diversificadas. A atuação do governo deve respeitar tal circunstância. É nosso propósito adotar um modelo de regionalização definido a partir de quatro macrorregiões – os cerrados, semiárido, centro norte e o litoral e Teresina – com doze territórios de desenvolvimento que agrupam os 224 municípios.

O processo de desenvolvimento do Piauí deve ser trabalhado como resultado das ações que favoreçam o crescimento da economia, a redistribuição da renda gerada, para beneficiar os mais pobres, e também deve ser equilibrado do ponto-de-vista regional, sabendo-se que o Estado é formado por regiões de formação natural diferente, com diferentes necessidades e diferentes potencialidades: o uso dos recursos naturais, a localização geográfica, a proximidade com Teresina, a integração com outros Estados da região nordeste e o acesso aos grandes mercados consumidores são fatores que definem as vocações de cada lugar ou região. E isto é peculiar.

QUALIDADE DE VIDA

EDUCAÇÃO

Situação

Os 697.000 habitantes do Piauí em 2020 na faixa da escolaridade básica obrigatória (4 a 17 anos) dispunham de 4.351 unidades escolares de educação básica das quais 90% públicas (federal, estadual e municipal) que atendiam 753.970 matrículas, 88% das 855.397 dessa etapa de ensino. Nas 12.516 das 23 escolas federais, tinham cursos técnicos (integrados ao médio, concomitante e subsequente), de formação inicial e continuada e de educação de jovens e adultos; nas 221.301 das 653 escolas estaduais, tinham ensino fundamental, médio, técnicos (integrados ao médio, concomitante e subsequentemente), de formação inicial e continuada e de educação de jovens e adultos. Nas 520.153 das 3.238 escolas municipais, tinham educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, curso técnico (subsequentes) e educação de jovens e adultos.

Os 2.412.000 maiores de 18 anos, em particular os 367.000 na faixa de 18 a 24 anos, contaram com 15.890 vagas em 255 cursos oferecidos por 3 instituições públicas que se somaram às 58.634 vagas existentes nos 297 cursos das 64 instituições privadas. Nesses cursos, em 2019, estavam matriculados 136.268 alunos, sendo 50.780 (37,3%) nas instituições públicas e 85.488 (62,7%) nas privadas, e formaram 16.846 profissionais dos quais 7.281 (43,2%) nas primeiras e 9.565 (56,8%) nas outras.

Temos um sistema de ensino que oferece amplo acesso, na pré-escola e no ensino fundamental, inclusive, nossos atendimentos de 99,1% e de 98,2%, respectivamente, são maiores que os registrados no Nordeste (96,7% e 97,8%) e no Brasil (94,1% e 98%). No ensino superior, as 74.324 vagas oferecidas em 2019 (15.690 públicas e 58.634 privadas) eram suficientes para atender todos os 35.475 que naquele ano estavam matriculados no 3º ano do ensino médio, havendo, na verdade mais de 2 vagas por provável candidato. Nas instituições públicas, caso

todos os terceiranistas do ensino médio buscassem suas vagas, a concorrência seria de 2 candidatos por vaga.

Os matriculados contaram com 43.978 professores na educação básica, dos quais 38.407 na rede pública (1.167 na rede federal, 12.547 na rede estadual e 27.969 na rede municipal) e 5.883 no ensino superior, dos quais 3.626 em instituições públicas (federal - 2.531 e estadual - 1.095). Também contaram com recursos públicos na ordem de R\$ 2.759.958.298,36 (Dois bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e noventa e oito reais e trinta e seis centavos), se somadas as despesas pagas da função educação do governo estadual, da Universidade Estadual do Piauí, da Universidade Federal do Piauí e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

O Piauí, contudo, tinha 16,1% da população com mais de 15 anos analfabeta, 'ganhando' da Paraíba (16%) e Alagoas (17,1%), o ensino médio era frequentado por 63,7% da população na faixa de 15 a 17 anos, que era um percentual menor do que o dos vizinhos estados do Ceará (74,2%), Pernambuco (68,5%) e Maranhão (67,5%) e significava que 54.813 jovens adolescentes não frequentavam o nível de ensino adequado à sua faixa etária, muitos deles (16,2%), mesmo aos 16 anos, não haviam concluído o ensino fundamental e outros (29,8%) aos 19 anos ainda não haviam concluído o ensino médio.

Os que concluíram o ensino fundamental, apenas 25%, em média, demonstraram ter adquirido os conhecimentos exigidos e no ensino médio eram apenas 15%. Nas escolas municipais, os resultados eram, em média, 17% no ensino fundamental e 8% no ensino médio e nas estaduais, 23% e 13%, respectivamente. Por isso, a universalização do acesso ao ensino fundamental desde o início da década de 2000 não redundou no atendimento do total da população na segunda etapa do ensino fundamental ou no ensino médio. Na verdade, de cada 100 estudantes que ingressaram na escola, 90 concluem os anos iniciais do ensino fundamental aos 12 anos, deveria ser aos 10 anos; 84 concluem os anos finais do ensino fundamental aos 16 anos, deveria ser aos 14 anos e 70 concluem o ensino médio que deveria ter sido concluído aos 17 anos.

Os que 'ficam pelo caminho' configuram o que se chama "distorção idade-série". No Piauí, a taxa de distorção idade-série na rede pública em 2020 foi 23,8%, chegando a 32,2% nos anos finais do ensino fundamental, duas vezes a registrada nos anos iniciais, e a 36,9% no ensino médio; uma 'bola de neve' que cresce à medida que a escolaridade progride. É fato que alguns vão frequentar ano escolar fora da sua faixa etária, entre os de 6 a 14 anos, 99,9% frequentavam escola, mas apenas 81% no ensino fundamental, logo, havia 18,9% em outros anos escolares ou etapas de ensino. Entre os de 15 a 17, 90,5% frequentavam escola, mas apenas 63,7% no ensino médio, logo, 26,8% frequentavam outros anos escolares ou etapas de ensino.

Muitos vão 'engrossar' a educação de jovens e adultos, que é aquela, na expressão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018, "destinada para os que não tiveram acesso ou continuidade

de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria [...]". No Piauí, foram 107.221 matrículas nessa modalidade, em 2020, representando 12,5% do total, das quais 65% na rede estadual que despendeu, em 2020, conforme dados do TCE (PIAUÍ, 2020)¹, R\$ 8.526.405,00 (Oito milhões, quinhentos e vinte e seis mil, quatrocentos e cinco reais), equivalente a 1,05% das despesas da função educação, excluídas aquelas com administração geral e com ensino superior. Essa no valor de R\$ 6.930.783,95, aproximando-se daquela, ainda que tivesse 12.671 matrículas e a outra 69.158, cinco vezes mais.

A parcela de matrículas na educação de jovens e adultos no Piauí no total da educação básica era, praticamente, o dobro dos 6,3% registrados na modalidade no país como um todo, só se aproximando da fração verificava em Alagoas (13,2%) e na Paraíba (11,4%), os únicos a ter, junto com o Piauí, mais de 10% da modalidade no total de matrícula, tendo a maioria dos estados entre 5,3% e 7,9%.

A interrupção da trajetória escolar ou a retenção do fluxo escolar de parcelas significativas dos que tiveram acesso à pré-escola e aos anos iniciais do ensino fundamental, tem feito com que, em média, em torno de 51% das vagas oferecidas nos processos seletivos para ingresso no ensino superior não sejam preenchidas. A 'sobra' tem ocorrido nas instituições públicas (26%) – 13% nas federais e 50% na Universidade Estadual do Piauí – e nas privadas (61%). Isso apesar da reduzida oferta de educação profissional: 49.573, 5% no total da educação básica, das quais 46% integradas ao ensino médio e 69% na rede estadual.

As consequências de tudo isso é que a escolaridade média de nossa população, em 2019, é o ensino fundamental incompleto, em torno de 8,1 anos de estudo, superando Alagoas (8 anos) e inferior a quase dois anos em relação à média nacional de 9,7 anos, os rendimentos do trabalho, em 2020, eram R\$ 1.496,00, maior apenas do que o do Maranhão (R\$ 1.492,00) e pouco mais da metade (58,1%) dos R\$ 2.575,75 registrados no país. A inferioridade é registrada mesmo para os rendimentos com trabalhos que exigem curso superior, sendo no Piauí R\$ 3.246,61 enquanto no país o valor é R\$ 4.971,10, no Pernambuco R\$ 4.202,11 e no Nordeste R\$ 3.997,89. Superamos apenas o Maranhão, cujo valor dos rendimentos com trabalho com escolaridade superior é R\$ 3.032,23, menor 6,6%.

A força de trabalho, seja por desocupação, por horas trabalhadas menor do que as desejadas ou por não encontrarem a ocupação desejada, é subutilizada, chegando, em 2020, em média, a 46,35% da população maior de 14 anos. É a maior taxa de subutilização entre as unidades da federação e superior em 18,23pp à taxa nacional, alcançando mesmo aqueles com nível superior. Muitos, inclusive, 89,9% dos que têm curso superior incompleto e 54% dos que têm curso superior completo, aceitam ocupações inferiores ao seu grau de instrução.

¹ PIAUÍ, Tribunal de Contas do Estado do Piauí. **Relatório de Levantamento** - Educação Básica e Superior da Rede Estadual do Piauí. Teresina, 2020. Disponível em: https://www.tce.pi.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/RElatorio-de-Levantamento-Educacao-DFAE.pdf. Acesso em 18 nov. 2021.

Por isso, muitos emigram, dentre eles, 12% têm educação superior em busca de melhores salários ou de melhor utilização de sua força de trabalho o que favorece a importação de mão de obra, inclusive, 14% dos imigrantes em 2015, último dado disponível, tinha curso superior. Esse aparente paradoxo evidencia a fragilidade da economia piauiense em que a falta de oportunidades de trabalho provoca a emigração de mão de obra qualificada e a escassez desta torna-se um gargalo para o crescimento, para a apropriação dos seus benefícios e para o usufruto da parcela de bens públicos conferida pela nação brasileira aos piauienses, em particular, as instituições educacionais.

Para superar isso, os piauienses precisam, de um lado, de uma educação que desenvolva suas potencialidades e possibilite a aquisição de competências e, por outro, de uma economia que favoreça o emprego das competências adquiridas. Em outras palavras, precisam que a escolaridade se encontre com a dinâmica da economia, que seja uma **Educação para ter oportunidades e futuro**.

A **educação para ter oportunidades e futuro** compreende *garantia do direito ao acesso, à progressão e à aprendizagem e formação do capital humano* e tem como estratégias colaboração, mobilização e responsabilização.

Propostas

Garantia do direito ao acesso, à progressão e à aprendizagem:

- Colaborar técnica e financeiramente com os municípios para a:
 - Ampliação da oferta de educação infantil para crianças de zero a três anos em creches;
 - Universalização da educação infantil para crianças de 4 a 5 anos em pré-escola;
 - o Alfabetização de todas as crianças até os 6 anos de idade;
 - Redução das desigualdades de acesso, permanência e aprendizagem das crianças e adolescentes;
 - o Ampliação do número de escolas e de matrícula em tempo integral;
 - o Redução dos indicadores de idade-série nos anos iniciais e finais do ensino fundamental a patamares equivalentes à média nacional;
 - Elevação das proficiências em todas as áreas do conhecimento nos anos iniciais e finais do ensino fundamental;
 - Conclusão dos anos iniciais do ensino fundamental aos 10 anos e dos anos finais aos 14 anos de todas as crianças e adolescentes;
 - Premiação das melhores práticas em alfabetização e de elevação da aprendizagem no ensino fundamental;
- Recompensar financeiramente, a partir de evidências, os municípios pelo desempenho educacional;

- Instituir mecanismos de articulação entre as políticas de educação, saúde e assistência social e com a rede de proteção social, especialmente, da infância e da adolescência para efetivação do direito à educação;
- Universalizar o acesso, a permanência e a aprendizagem no ensino médio para jovens adolescentes de 15 a 17 anos com:
 - o Reestruturação física e pedagógica das escolas;
 - Estabelecer, em consonância com o governo federal, uma política de ensino médio comprometida com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população piauiense;
 - Reforma pedagógica do ensino médio com implementação do currículo estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular e de acordo com as necessidades e possibilidades da realidade piauiense;
 - o Ampliação do número de escolas e de matrícula em tempo integral;
 - Elevação do percentual de aquisição da proficiência adequada em todas as escolas em todas as áreas do conhecimento;
 - Conclusão do ensino médio aos 17 anos por todos os jovens adolescentes;
 - Redução das desigualdades de acesso, permanência e aprendizagem entre grupos socioeconômicos, sexo e cor;
 - Redução das desigualdades em proficiência entre escolas e grupos socioeconômicos;
 - Formação continuada dos professores de todas as áreas do conhecimento seguindo as determinações da Base Nacional Comum Curricular e o currículo reestruturado das escolas de ensino médio da rede estadual do Piauí;
 - Recompensa financeira a escolas e professores pelo desempenho escolar aferido por meio de avaliações externas;

Formação do capital humano

- Elevação da qualificação da mão de obra
 - o Reduzir o analfabetismo da população economicamente ativa, especialmente, na faixa entre 18 e 65 anos;
 - Elevar a escolarização da população ocupada de 8,1 anos de estudo para 9,7 anos;
- Redução da escassez de mão de obra qualificada
 - Ampliar a oferta de matrículas e de cursos técnicos;
 - Elevar a qualidade dos cursos profissionalizantes oferecidos pela rede estadual de ensino;
 - Ampliar as oportunidades de formação da mão-de-obra com parcerias com a as redes de educação profissional e tecnológica federal e privada;
 - Estimular a oferta de cursos profissionalizantes conforme as demandas do mercado de trabalho;

o Integrar a Universidade Estadual do Piauí no esforço de qualificação da mão de obra, em particular, da formação de professores;

Essas ações se juntam e se ancoram numa **educação superior pública de excelência** em que se garanta o acesso dos jovens, especialmente, na faixa dos 18 a 24 anos e possibilite a formação de quadros de alto nível para administração pública e para o mercado de trabalho estadual e nacional. Isso será feito com a instituição, a partir de ampla discussão com a comunidade acadêmica e educacional do estado, de uma política de educação superior do estado do Piauí que contemple:

- A autonomia de gestão administrativa e financeira da universidade estadual por meio de mecanismos de sustentabilidade permanente;
- A articulação do ensino superior com o ensino tecnológico e o sistema de Ciência, Tecnologia e Informação;
- O incentivo à qualificação dos docentes do ensino superior estadual;
- A elevação da qualidade dos cursos oferecidos pela UESPI;
- A criação de mecanismos que possibilite ampliar a inserção da UESPI na pesquisa e na extensão;
- A difusão das atividades de extensão e pesquisa desenvolvidas pela UESPI para a população piauiense;
- Formas de cooperação com as instituições públicas federais para otimizar a oferta de cursos e vagas em especial no interior do estado;
- A infraestrutura necessária para a oferta de educação a distância de qualidade;

Estratégias

• Colaboração por meio:

- Do estabelecimento de acordos de cooperação técnica e financeira com a União e os municípios piauienses;
- Da inclusão dos municípios no planejamento e execução das ações educacionais que efetivem o direito ao acesso, progressão e aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens;
- De parcerias com instituições privadas, especialmente, que oferecem educação profissional;
- De parcerias com organizações da sociedade civil, engajando-as na recuperação da educação básica pública do Piauí;
- Do estabelecimento de acordos de cooperação com órgãos de controle federal e estadual para o acompanhamento e avaliação das ações de efetivação o direito ao acesso, progressão e aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens.

Mobilização por meio:

- Da promoção da participação da sociedade civil no debate, acompanhamento e avaliação dos resultados da educação piauiense;
- Do estímulo ao protagonismo dos diferentes atores envolvidos no processo educacional – dirigentes educacionais e escolares, equipes técnicas, professores, estudantes e servidores – na melhoria da educação pública piauiense, especialmente, dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio;
- Da participação dos diversos segmentos da comunidade escolar na gestão da escola.

Responsabilização por meio:

- Da garantia de recursos permanentes para reforma, ampliação e sobretudo manutenção das escolas, notadamente as localizadas no interior;
- Do planejamento estratégico da gestão da educação estadual e das instituições educacionais estaduais (escolas e universidade);
- Da implantação de sistemáticas de acompanhamento e controle institucionais de resultados da gestão da educação estadual e das instituições educacionais estaduais (escolas e universidade);
- Da reestruturação do Sistema de Avaliação Educacional do Piauí (SAEPI) para fornecer um relatório anual externo sobre o desempenho do sistema de ensino;
- De ampla publicização das ações e resultados das ações educacionais, notadamente, do desempenho obtido pelas escolas estaduais nas avaliações externas realizadas pelo SAEPI e pelo INEP;
- Do estímulo ao acompanhamento da sociedade civil dos resultados educacionais das escolas públicas estaduais do Piauí.

SAÚDE

Considerações Gerais

O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS foi criado pela Constituição Federal de 1988, garantindo ser UNIVERSAL, INTEGRAL E EQUÂNIME. Por várias razões, esses princípios fundamentais não são cumpridos: sub-financiamento, deficiências de recursos humanos, desencontros nas gestões, interferências político-partidárias etc. Com certeza, é a grande conquista social da população brasileira, mesmo com as suas deficiências, distantes dos tempos da indigência, quando a maioria das pessoas não tinha nenhum direito ou acesso aos serviços de saúde.

O SUS tem definidas as responsabilidades dos três níveis de governos (municipal, estadual e federal), que nem sempre são cumpridas. As pactuações ocorrem, em nível dos estados, nas Comissões bi-partites e em nível nacional na Comissão tri-partite, com representações dos municípios, estados e Governo Federal. O controle social é exercido pelos conselhos municipal, estadual e nacional de saúde.

A descentralização é o caminho a ser seguido, porém particularidade de cada município com diferença de infraestrutura, financiamento e de conhecimentos técnicos dificultam o aprimoramento do sistema. Os municípios mais estruturados ficam sobrecarregados pela migração da população procedente de municípios menores e menos estruturados.

Isso é um grande desafio e o nosso papel é realizar mudanças na gestão com investimentos nos sistemas de saúde municipais e fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde.

A melhoria da qualidade do SUS no Piauí somente ocorrerá quando forem efetivas as parcerias entre os municípios e Governo do Estado. Temos a expectativa de avançar na organização, cumprindo o papel na coordenação e fomento, fornecendo um serviço com qualidade com práticas humanizadas e respeitosas, ampliando a expectativa de vida saudável dos cidadãos piauienses.

As propostas deste Plano de Governo buscam a ampliação dos acessos aos serviços de saúde nos 11 territórios de saúde existentes, garantindo uma capacidade instalada nas cidades pólos e macro-regiões, com mais resolutividade e eficiência.

1) Macrorregiões e Territórios de Desenvolvimentos Regionais

Conforme o IBGE, no Piauí, **71,4%** dos 224 municípios possuem até **10 mil** habitantes, e 16 cidades do estado concentram a metade da população. São eles: Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Floriano, Barras, Campo Maior, União, Altos, Esperantina, José de Freitas, Pedro II, Oeiras, São Raimundo Nonato, Miguel Alves, Luís Correia.

Da mesma forma, observamos também a grande concentração de recursos de saúde nestes municípios mais populosos, de sobremaneira na cidade de Teresina para onde se desloca grande parte da população do Piauí em busca de melhores recursos de saúde.

O setor saúde enfrentou o desafio de encontrar mecanismos que superem a fragmentação de estruturas municipais sem oferta de acesso, o que compromete a legitimidade do SUS.

Há consenso sobre a necessidade de estratégias que promovam a integralidade e a equidade no acesso à saúde a todos os usuários. A regionalização, prevista constitucionalmente, é uma estratégia eficaz na formação de sistemas de saúde eficientes e de relações intergovernamentais mais cooperativas.

O Piauí organiza-se em 11 Regiões de Saúde - Territórios de desenvolvimento (Figura 1), que são referência para a média complexidade; e em 4 Macrorregiões (Figura 2) que são referência para a alta complexidade.



Figura 1 - Territórios de Desenvolvimento — Regiões de Saúde do Piauí.



Figura 2 - Macrorregiões de Saúde do Piauí.

O processo de regionalização do Piauí não foi acompanhado de estratégias de fortalecimento que requer governos locais valorizados e a coordenação efetiva do Estado.

A articulação entre os gestores é determinante para que o processo de descentralização alcance os resultados desejados e garanta o direito da população à saúde, reduzindo as desigualdades sociais e territoriais e promovendo a equidade.

Temos como missão, trabalhar pela defesa e proteção da saúde, cabendo-nos, nesse sentido, proporcionar as ações e serviços de saúde mais próximo possível da residência do usuário com aperfeiçoamento dos sistemas municipais de saúde, com uma regionalização solidária e cooperativa.

2) Capacidade instalada

No presente momento, não temos a certeza da capacidade instalada em cada Território de Desenvolvimento e Macrorregiões e pela situação atual da saúde no Estado, entendemos que existe muito que possa vir a ser melhorado. Diante dos indicadores de saúde atuais, propomo-nos a melhorar e ampliar em definitivo a oferta de serviços de saúde para a população nos níveis municipal e estadual, conforme planejamento descrito a seguir.

- Ampliar a rede básica de assistência, levando para o atendimento primário a oferta de cuidados de prevenção e assistência integral articulada com as redes especializadas;
- Integrar as unidades de saúde municipal e estadual da capital por meio de um sistema informatizado, com o objetivo de melhor gerenciar a capacidade de atendimento da rede pública e aprimorar a conexão entre os diferentes níveis de atendimento (baixa, média, alta complexidade e urgência/emergência), otimizando o atendimento à demanda por saúde na cidade;
- Interiorização da medicina de qualidade, propiciando em cada localidade o acesso às mais diversas modalidades de exames e consultas com especialistas;
- Renovação e aquisição de equipamentos de diagnósticos médicos e laboratoriais para os 11 Territórios de Desenvolvimento e Macrorregião do estado, promovendo a modernização da infraestrutura física e tecnológica da rede ambulatorial/hospitalar;
- Sistema de telemedicina conectada aos respectivos programas, como prevenção de câncer, cardiologia, pediatria etc., facilitando o acompanhamento por especialistas de tratamentos prolongados, via telemedicina, para definir a prioridade das consultas, o atendimento nos

hospitais, os exames de rotina sequenciais e a apreciação dos resultados desses exames.

- Ampliar o número de Centros Especializados em Reabilitação (CER) e implementar articulação com os hospitais especializados e a rede básica;
- Ampliar o investimento em Tecnologia Assistiva (TA), expandindo as habilidades funcionais de pessoas com deficiência para proporcionar mais independência e inclusão. São exemplos de TA no contexto educacional, os mouses diferenciados, teclados virtuais com varreduras e acionadores, softwares de comunicação alternativa, leitores de texto, textos ampliados, textos em Braille, textos com símbolos, mobiliário acessível, recursos de mobilidade pessoal como próteses para substituir membros ausentes e outras partes do corpo, dispositivos ópticos, lupas, cadeiras de rodas, andadores e bengalas e muitos outros. (Até 2030, dois bilhões de pessoas vão precisar acessar, pelo menos, uma tecnologia assistiva para exercer sua cidadania.);
- "Fortalecimento da Saúde Mental", facilitar o acesso à saúde mental de qualidade nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs);
- Implantação dos Centros de Atendimento odontológico Especializados;
- Implantação da Rede de Rede de Transporte Sanitário;
- Implantação de Maternidades nos 11 Territórios de Desenvolvimento e nas 4 Macrorregiões, capacitando estas últimas para o Pré Natal de Alto Risco, assegurando a redução de mortalidade materno-infantil.

Elencamos abaixo a capacidade pretendida para cada Território de desenvolvimento e Macrorregião de Saúde.

2.1) Nos 11 Territórios de Desenvolvimento

2.1.1. Exames a serem realizados

- 1. Tomografias computadorizadas;
- 2. Radiografias convencionais;
- 3. Radiografias contrastadas;
- 4. Radiografias Odontológicas Panorâmicas;
- 5. Ultrassonografias gerais e especializadas;
- 6. Biópsia de mama, próstata e tireóide guiadas por ultrassonografia;
- 7. Ecocardiografias;
- 8. Mamografias;
- 9. MAPA;
- 10. HOLTER:
- 11. Eletrocardiogramas;
- 12. Testes ergométricos;
- 13. Endoscopias Digestivas Altas;
- 14. Colonoscopias;
- 15. Exames laboratoriais

- 15.1 Patologia clínica (Coleta);
- 15.2 Citopatologia (Coleta).

2.1.2. Equipamentos

- 1. Tomografia Computadorizada;
- 2. Raio X Médico:
- 3. Raio X Odontológico (Panorâmico);
- 4. Raio X com Fluoroscopia;
- 5. Arco Cirúrgico;
- 6. Mamógrafos;
- 7. Ultrassom;
- 8. Ecocardiógrafo;
- 9. Eletrocardiograma;
- 10. MAPA;
- 11. HOLTER;
- 12. Teste Ergométrico;
- 13. Vídeo Endoscópio;
- 14. Vídeo Colonoscópio;
- 15. Equipamentos para Diagnósticos laboratoriais.

2.2 Nas 4 Macrorregiões

2.2.1. Exames a serem realizados

- 1. Ressonância Nuclear Magnética;
- 2. Tomografias computadorizadas;
- 3. Radiografias convencionais;
- 4. Radiografias contrastadas;
- 5. Radiografias Odontológicas Panorâmicas;
- 6. Ultrassonografias gerais e especializadas;
- 7. Biópsia de mama, próstata e tireóide guiadas por ultrassonografia.
- 8. Ecocardiografias;
- 9. Mamografias;
- 10. MAPA;
- 11. HOLTER;
- 12. Eletrocardiogramas;
- 13. Testes ergométricos;
- 14. Exames laboratoriais.
- 15. Endoscopias digestivas altas;
- 16. Colonoscopias;
- 17. Arteriografias;
- 18. Exames laboratoriais
 - 18.1. Patologia clínica (Processamento);
 - 18.2. Citopatologia (Processamento).

2.2.2. Equipamentos

- 01. Ressonância Nuclear Magnética;
- 02. Tomografia Computadorizada;
- 03. Raio X Médico;
- 04. Raio X Odontológico (Panorâmico);
- 05. Raio X com Fluoroscopia;
- 06. Arco Cirúrgico;
- 07. Mamográfos;
- 08. Ultrassom;
- 09. Ecocardiógrafo;
- 10. Eletrocardiograma;
- 11. MAPA:
- 12. HOLTER;
- 13. Teste Ergométrico;
- 14. Vídeo Endoscópio;
- 15. Vídeo Colonoscópio.
- 16. Equipamentos para Diagnóstico laboratorial.

3) Recursos humanos

- Investir em capacitação, qualificação e valorização dos profissionais de saúde com a implantação da Escola Estadual de Saúde Pública;
- Melhorar a qualidade de recepção e atendimento aos usuários do sistema de saúde, implementando programas de treinamento e capacitação em parceria com entidades de referência/escola própria de saúde estadual;
- Capacitar rede de assistência à gestante e à criança qualificando APS na assistência ao parto, garantindo exames, equipe de enfermagem obstétrica, CPN, Transporte adequado à gestante e implantação do pré- natal de alto risco nas macros;
- Reduzir a evasão médica em áreas remotas, implementando os Planos de Cargos e Salários, proporcionando as condições adequadas para execução de suas atividades e ampliando a utilização do sistema de telemedicina nas UBS para consultas eletivas especializadas;
- Ampliar em cada Regional de Saúde as equipes profissionais de atendimento, por meio da contratação de médicos especialistas e demais profissionais necessários ao atendimento pleno e integrado da população.

A seguir, descrevemos as equipes de profissionais pretendidas para cada Território de Desenvolvimento e Macrorregião.

3.1. Equipe profissional mínima a compor cada Regional de Saúde

- 1- Clínico Geral:
- 2- Gineco-Obstetra:

- 3- Pediatra:
- 4- Ortopedista;
- 5- Cardiologista (ecocardiografia);
- 6- Ultrassonografista;
- 7- Cirurgião;
- 8- Anestesista:
- 9- Odontologia especializada;
- 10-Tecnólogos em Radiologia;
- 11-Psiquiatria (CAPs);
- 12-Técnicos em laboratório.

3.2. Equipe profissional mínima de saúde a compor cada Macro Região de Saúde

- 1- Clínico Geral;
- 2- Gineco-Obstetrícia;
- 3- Pediatra;
- 4- Ortopedista;
- 5- Cardiologista (ecocardiografia);
- 6- Ultrassonografista;
- 7- Cirurgiões;
 - a. Cirurgião Geral;
 - b. Cirurgião de Cabeça e Pescoço;
 - c. Cirurgião Bucomaxilofacial;
 - d. Cirurgião Gastrointestinal;
- 8- Anestesista;
- 9- Odontologia especializada;
- 10-Tecnólogo em Radiologia;
- 11-Psiquiatra (CAPS);
- 12-Endocrinologista;
- 13-Neurologista;
- 14-Oftalmologita;
- 15-Dermatologista;
- 16-Otorrinolaringologista;
- 17-Gastroenterologista (EDA/COLONO);
- 18-Urologista;
- 19-Reumatologista;
- 20-Patologista;
- 21-Pneumologista;
- 22-Biomédico/Bioquímico;
- 23-Técnicos em Laboratório.

3.3. Unidades de Saúde Especializadas

- 1- Implantação de Maternidades nos 11 Territórios de Desenvolvimento e nas 04 Macrorregiões;
- 2- Implantação de Centros de Tratamento Ontológico em Floriano e Picos;
- 3- Implantação de serviços de URGÊNCIA nos 11 Territórios de Desenvolvimento e nas 04 Macrorregiões;
- 4- Implantação de CAPS nos 11 Territórios de Desenvolvimento e nas 04 Macrorregiões.

4) Atenção primária com o mapa da ESF

A Atenção Primária em Saúde é reconhecida internacionalmente por sua efetividade em constituir sistemas de saúde mais equitativos, eficientes e de melhor qualidade,

Entretanto, após o processo de universalização da Estratégia Saúde no Estado do Piauí persistem problemas de infraestrutura, recursos humanos, financiamento e, em especial, de qualidade da atenção.

É necessário ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção e fortalecer o papel do Estado na coordenação.

Apresentamos as principais metas para o aperfeiçoamento da Atenção Primária à Saúde:

4.1) CONCRETIZAR O ACESSO À ATENÇÃO BÁSICA COM QUALIDADE

- Garantir 100% da população atendida por equipes da saúde da família;
- Acolher a todos os que procuram o serviço, assegurando a continuidade do cuidado conforme a necessidade;
- Diminuir as barreiras de acesso às consultas e exames especializados;
- Capacitar ao menos uma equipe de saúde bucal por município para implantação de próteses dentária;
- Implantação da carteira de serviço mínimo dos procedimentos a serem realizados nas UBS:
- Garantir em pelo menos uma das equipes de saúde da família do município a incorporação de equipes multiprofissionais (fisioterapia, nutricionista, psicólogo, e profissional de educação física).

4.2) RESOLUTIVIDADE

- Garantir acesso aos medicamentos do componente básico da Assistência Farmacêutica previstos na RENAME Relação Nacional de Medicamentos;
- Garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento das UBS, dotando-as de recursos materiais, equipamentos e insumos;
- Adotar Tecnologias de Informação e Comunicação com Implantação do prontuário eletrônico em 100% das UBS;
- Retaguardar diagnóstico com oferta de exames laboratoriais, atendendo em tempo oportuno de 100% da demanda de exames laboratoriais, por meio dos Laboratório Regionais;
- Adotar estratégias de articulação entre a atenção básica e especializada: matricialmente e telessaúde;
- Capacitar os profissionais por meio da Escola de Saúde Pública.

4.3) APRIMORAR O PROCESSO DE GESTÃO

- Articular, alinhar e aprofundar os vínculos de compromisso e corresponsabilidade entre os gestores;
- Efetivar a cooperação técnica entre os gestores;
- Realizar supervisão, monitoramento e avaliação sistemática;
- Criar mecanismos para acompanhar as transferências federais, fundo a fundo, evitando suspensão dos repasses;
- Transferir recursos financeiros de responsabilidade estadual, Fundo a Fundo aos municípios, para custeio de ações e serviços de saúde na Atenção Primária à Saúde, vinculada ao cumprimento de metas;
- Organizar as rotinas e os processos de trabalho de acordo com os protocolos e linhas de cuidados;
- Incentivar a contratação dos profissionais, por meio de vínculos de trabalho que favoreçam a fixação.

4.4) INSTITUIR POLÍTICA DE PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E PREVENÇÃO

- Garantir o cumprimento das normas técnicas do Programa Municipal de Imunização nas salas de vacina, acompanhar o levantamento dos faltosos e fazer a vigilância da cobertura vacinal e da taxa de abandono;
- Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes: modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais;
- Desenvolver ações educativas que possam interferir no processo saúdedoença e cuidado da população;
- Favorecer a preservação do meio ambiente;
- Promover ambientes mais seguros e saudáveis;

• Estimular a adoção de modos de viver não-violentos e o desenvolvimento de uma cultura de paz.

4.5) REGULAÇÃO - APS COMO ORDENADORA DA REDE

- Adotar protocolos clínicos de regulação que ordenem os fluxos de pacientes na rede e estabeleça critérios de priorização e classificação de riscos;
- Fortalecer Centrais Regionais de Regulação;
- Garantir a integração das centrais em todo o Estado;
- Implantar governança solidária nas regiões de saúde no compartilhamento de estruturas administrativas, de recursos, sistema logístico e apoio.

4.6) ARTICULAÇÃO ENTRE AÇÕES DE VIGILÂNCIA E ASSISTÊNCIA.

- Reduzir a taxa de mortalidade infantil e manter em 100% a investigação de óbitos infantis e fetais;
- Reduzir a taxa de mortalidade neonatal;
- Reduzir a taxa de mortalidade prematura na população residente de 30 a 69 anos;
- Reduzir o número de óbitos maternos;
- Reduzir o número de casos de sífilis congênita;
- Reduzir a proporção de Internações Clínicas por Condições Sensíveis à Atenção Primária (ICSAP);
- Reduzir a incidência e garantir o tratamento de tuberculose e hanseníase;
- Garantir o tratamento continuado à população com HIV/AIDS;
- Elaborar plano de contingência para a manutenção controle do Coronavírus e doenças de relevância em Saúde Pública;
- Elaborar e implantar 100% das linhas de cuidado prioritárias (obesidade, diabetes, acidente vascular cerebral e hipertensão).

5) Assistência materno-infantil

A mortalidade materna é considerada um problema de saúde pública, tendo a hipertensão arterial como uma das principais causas obstétricas diretas.

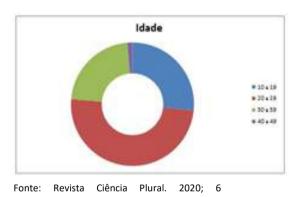
Define-se morte materna como a morte de mulheres durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o término da gravidez devido a qualquer causa relacionada ou agravada pela gravidez ou por medidas tomadas em relação a ela, porém, não devido a causas acidentais ou incidentais.

Nesse cenário, o Piauí ocupa a 15^a posição nacional e a quinta posição regional, sendo as doenças hipertensivas responsáveis por quase 22% do total de mortes maternas. Segundo dados coletados pela SESAPI, analisando a causa de mortes de 532 mulheres, entre 2006 e 2018, as principais causas de óbitos maternos no Piauí são: hemorragias (15,9%), eclâmpsia (15,1%), infecções puerperais (8,4%),

transtornos hipertensivos (7,3%), e complicações de aborto (6,9%). Fonte: Revista Ciência Plural.2020; 6 (Suplemento 1): páginas 92-107.

Apesar dos óbitos maternos serem evitáveis em quase 95% dos casos, estimase que, no mundo, a cada minuto, uma mulher morre por complicações no parto e com maior proporção de óbitos em países em desenvolvimento, configurando-se como um problema de saúde.

Por outro lado, constatou-se que a situação social e faixa etária da mulher têm relação direta com o número de mortes neonatais, elevando os índices de mortalidade infantil em nosso estado. Mães jovens, com idade entre 20 e 29 anos (44,48%) e entre 10 a 19 anos (23,84 %), com escolaridade de oito anos ou mais de estudos (41,57%) destacam-se nas características sócio demográficas maternas que tiveram óbitos neonatais. Fonte: Revista Ciência Plural. 2020; 6 (Suplemento 1): páginas 1-17.



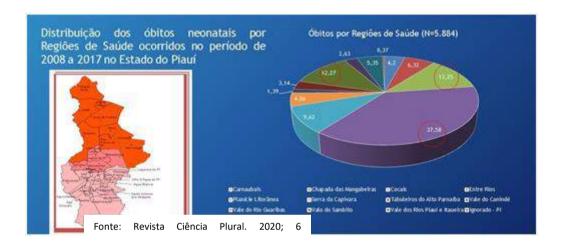


Fonte: Revista Ciência Plural. 2020; 6 (Suplemento 1):1-17.

A taxa de mortalidade infantil, por si, justifica priorizar a atenção primária. O Piauí continua com a média acima da média nacional: 14,6 a 12,4 por mil nascidos vivos abaixo de um ano.

- Garantir a cobertura de 100% da população pela estratégia do PSF;
- Participação efetiva no financiamento do custeio;
- Discutir a viabilidade e identificar a necessidade de ampliação das ESF com outros profissionais (fisioterapia, psicólogo, nutricionista etc);
- Garantir a assistência farmacêutica:

- Implantação do prontuário eletrônico;
- Garantir os exames de análises clínicas nos municípios;
- Organizar as referências e contra-referências por meio de Centrais de Regulação nos 11 territórios, macro-regiões e a nível estadual;
- Processos de educação continuada e permanente;
- Implantação de instrumentos de acompanhamento dos indicadores e produtividades próprios da Atenção Primária;
- Políticas de valorização dos profissionais da Atenção Primária diferenciadas;



6) Média e alta complexidades

Os 11 Territórios de Desenvolvimento serão organizados para atendimento de média complexidade, ficando os atendimentos de alta complexidade direcionados às 4 Macrorregiões de Desenvolvimento.

A condução da regionalização das ações e procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar é uma tarefa complexa exercida pelo estado que envolve negociações, consensos, distribuição de recursos financeiros, construção e revisão de mecanismos decisórios com a participação dos municípios.

O setor da saúde gerencia recursos escassos para necessidades ilimitadas. Gerenciar esses recursos de forma adequada remete à responsabilidade de planejar adequadamente.

A organização desse nível de atenção é baseada nos princípios de regionalização e a hierarquização que busca estabelecer as referências em um fluxo contínuo, dos municípios de menos complexidade para os de mais complexidade.

O atual gestor estadual, ao coordenar o processo, não adotou critérios para evitar ações desarticuladas que resultaram em pouco impacto na melhoria do acesso.

Nosso próximo governo vai garantir acesso da população aos serviços não disponíveis em seus municípios de residência, de forma solidária com os municípios de referência, enfrentando 2 desafios:

- implantar redes de atenção à saúde que possam dar conta das necessidades de atendimento;
- garantir o atendimento à população historicamente desassistida por meio da implantação de complexos reguladores, disponibilizando a alternativa assistencial mais adequada à necessidade do cidadão, de forma equânime, ordenada, oportuna e qualificada.

7) Criação da Escola de Saúde Pública

Será criada a Escola de Saúde Pública do Estado do Piauí voltada a atualização continuada dos profissionais da rede Estadual de Saúde, com objetivo de capacitação de profissionais de saúde para a rede pública e numa análise situacional de recursos humanos para atuar na atenção primária à saúde.

Além disso, a Escola de Saúde do Estado poderá atuar contínua e sistematicamente no sentido de conhecer, pesquisar e analisar os fatores determinantes e condicionantes dos agravos à saúde.

8) Fortalecimento do controle social

A prática do controle social é fundamental no desenvolvimento do Sistema Único de Saúde, mas é preciso que aconteça na prática, para que não fique apenas em lei e que a sociedade civil ocupe de modo pleno e efetivo esse espaço de participação social.

Para que isso ocorra, é necessário proporcionar condições para que a democracia participativa se efetive na prática e que a sociedade civil se torne protagonista nesse processo de controle em políticas públicas de saúde.

Para fortalecer o exercício do controle social na política de saúde, é necessário o efetivo conhecimento do SUS, da legislação, da realidade epidemiológica, assistencial, financeira, política etc.

Para que essa expectativa se torne realidade, é necessário superar esses desafios que limitam a realização plena desse direito com ações de:

• Mobilizar a população para participar do controle social;

- Criar campanhas educativas com o tema do fortalecimento do controle social:
- Criar núcleos de educação permanente, na Escola de Saúde Pública, para formar e qualificar as ações de conselheiros de saúde;
- Garantir as condições de funcionamento dos Conselhos de Saúde, bem como apoio às mobilizações às conferências estaduais, municipais, temáticas e plenárias estaduais de saúde, seminários e eventos pertinentes.

SEGURANÇA PÚBLICA

Situação

Polícia Civil

DISTRITOS POLICIAIS (CAPITAL) - 25

Delegacias especializadas (capital) – 23: cinco delegacias da mulher; delegacia de acidente de trânsito; delegacia de repressão ao tráfico de drogas; delegacia de combate ao roubo e furto de veículos; departamento de homicídios; delegacia de combate aos delitos de informática; grupo de repressão ao crime organizado; delegacia de combate ao feminicídio; delegacia de combate ao crime contra o consumidor e contra a ordem tributária; central de flagrantes; delegacia de combate ao crime contra o meio ambiente; central de inquéritos; delegacia de combate aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro; delegacia de capturas; delegacia de direitos humanos; delegacia de combate aos crimes contra o idoso.

Unidades de gestão – 5: secretaria de segurança; diretoria de gestão interna; unidade de administração financeira; gerência de gestão de pessoas; gerência de informática.

Unidades de polícia científica – 5: departamento de polícia técnico científica; instituto de criminalística; instituto de medicina legal; instituto de identificação; instituto de DNA forense.

61 delegacias de polícia no interior.

POLÍCIA MILITAR

21 batalhões policial militar | 05 companhias independentes |05 batalhões especializados.

Os homicídios são objeto de controle de entidades internacionais que monitoram e estudam constantemente o tema, inserindo o brasil (com toda razão) entre as nações mais violentas do mundo.

Para a organização mundial da saúde (oms), locais com índices de homicídio iguais ou superiores a 10 por 100.000 habitantes, são tidos como zonas endêmicas de violência.

O Piauí fechou o ano de 2020 com 21,42 assassinatos por 100.000 habitantes. O índice pode, com toda certeza, vir a melhorar e até chegar próximo aos apresentados em alguns países das américas como chile (4,6), argentina (4,7), cuba (4,9), estados unidos (5,3) e uruguai (7,6). No mínimo pode se pretender a meta 10, como prevê a OMS.

No ano passado (2020), 703 pessoas perderam a vida no estado de forma violenta. Com 21,42 assassinatos por 100.000 habitantes. O estado vizinho do maranhão registou 27,34 e o Ceará ficou com o pior índice em todo o brasil: 43,96."

Piauí teve o 4° maior aumento na taxa de mortes violentas intencionais do país, diz anuário brasileiro de segurança pública (chamada do site g1 em 16/07/2021).

A taxa apresentada na última aferição mostra que o índice de homicídios por 100 mil habitantes no piauí (21,42) é mais do que o dobro do recomendado pela oms (10).

A informação mais atualizada a respeito de homicídios no brasil foi publicada no site g1 na data de 20.08.21, onde aponta uma tendência de queda nos homicídios no brasil durante a pandemia, porém ressalva que em apenas 06 (seis) unidades da federação houve aumento de crimes violentos contra a vida, entre eles o Piauí:

"apenas seis estados contabilizam uma alta: dois do norte (roraima e amazonas) e quatro do nordeste (maranhão, piauí, paraíba e bahia)."

A melhor forma de se prevenir homicídios é levando à a diminuição dos índices é exatamente uma investigação séria e resolutiva.

De acordo com recente estudo divulgado pelo instituto sou da paz, o Piauí apresenta um dos mais baixos índices de resolução de homicídios do país, a segunda pior do nordeste, com apenas 29% dos casos esclarecidos.

Os plantões sobrecarregados apenas com o atendimento ordinário e baixo contingente, muitas vezes impedem por completo a simples ida de uma equipe da polícia ao local.

Temos que nos preocupar seriamente em preparar as forças de segurança cada vez mais e é imperioso observar que as corporações estão encolhendo a cada dia.

Inclusive as guardas municipais foram criadas com tal objetivo, proporcionando uma mão de obra muito mais barata para vigilância de prédios e praças, liberando policiais civis e militares (mão de obra cara e qualificada) para suas respectivas atividades.

Atuação

A experiência reiterada indica que o sistema prisional é o berço do crime organizado: "se não há segurança intra muros não haverá segurança extra muros".

O sistema prisional no piauí encontra-se muito próximo do caos total e é inclusive surpreendente que grandes tragédias, com efeitos políticos devastadores (tal qual em pedrinhas/ma), ainda (grifei) não tenham ocorrido.

O presidiário de hoje estará solto amanhã, portanto não se pode tratar a penitenciária como um depósito de animais indesejados, pois a sociedade fatalmente será vítima de sua revolta no futuro. Nessa mesma linha o estado deve empenhar-se ao máximo em disponibilizar atividades laborais a todos os presos que realmente tenham interesse em trabalhar.

O custo para edificação de uma unidade prisional destinada a abrigar internos no regime de cumprimento de pena fechado é altíssimo e o custeio mensal também é muito alto.

Ressalte-se que defensores do discurso fácil falam apenas em ressocialização do preso, indicando tal característica como única e fundamental da pena imposta ao criminoso, mas esquecem de que a sanção criminal é aplicada ao condenado também com o objetivo de punicão ao infrator pelo ato cometido e de prevenção evitando a prática de novos delitos pelo mesmo autor.

O denominado crime organizado, que tanto assusta todo o brasil, tem sua gênese ligada diretamente ao caos do sistema penitenciário.

O cenário hoje é do piauí incrustrado entre dois estados altamente contaminados pelo crime organizado violento que surgiu no terreno fértil dos presídios sem ordem e controle, inclusive o denominado "novo cangaço" com assaltos a agências bancárias no interior de proporções assustadoras.

Secretário de segurança funciona, na prática, como um chefe da polícia civil, tendo pouca ingerência na polícia militar e também no corpo de bombeiros, isso torna a política de segurança pública amadora. Deve-se dar igual autonomia à polícia civil, tal qual pm e bombeiros, e concentrar, exclusivamente, na secretaria de segurança, o controle da política pública, com seu planejamento, controle de metas, possuindo meios para o controle das instituições que compõe a política. Isso fará com que a meritocracia surja na polícia e que "politicagem" desapareça dos quadros policiais, como, por exemplo, lotação em troca de apoio político, que é uma constante no cenário atual.

Há um total abandono na manutenção da ordem pública. Não se vê viaturas circulando, fazendo fiscalizações, nem tampouco abordagens em vias públicas, o que aumenta a ousadia dos criminosos, que se sentem à vontade para assaltar até mesmo à luz do dia, nas paradas de ônibus, enfim, em qualquer lugar. Melhorar em quantidade e qualidade as viaturas, valorizar os policiais com cursos de aperfeiçoamento.

A capital está tomada pelas facções criminosas vindas de outros estados. O governo atual deixou que isso acontecesse. Muros com pichações, loteando qual facção que manda naquela região, isso é uma vergonha. No interior, pela ausência de policiamento, as cidades estão a mercê de assaltantes de bancos, que espalham o terror e chegam até a invadir delegacias. Só um detalhe, o descaso é tão grande, que há delegados que respondem até por doze cidades.

Nas delegacias e nos batalhões os ambientes são insalubres, falta até mesmo papel para boletim de ocorrência, impressoras e ar condicionados quebrados, desconforto para o servidor policial e para a população que precisa ser atendida. A população sofre com a falta de assistência policial. Os plantões nas delegacias de polícia não têm o contingente adequado. Há delegacias em que há apenas dois policias e no momento em que existem mais crimes, a noite, as pessoas sequer podem fazer um boletim de ocorrência, pois a delegacia está fechada. Mas o sofrimento da população não se dá apenas a noite, quantas vezes o cidadão já buscou uma delegacia para fazer um boletim de ocorrência e saiu de lá com a resposta do policial: não é possível, aqui falta papel; o sistema está fora do ar; a impressora está quebrada.

A falta de credibilidade do atual governo impera na segurança pública de nosso estado, isso desde os constantes calotes em proporcionar as condições adequadas de trabalho, ano a ano renovando o estelionato administrativo, como até mesmo com o atraso constante nos pagamentos de diárias, em que os policiais são obrigados a viajar a trabalho e só receber a devida compensação financeira um mês ou dois depois. O atraso também se dá com as planejadas (procedimento em que o governo compra o dia de folga do trabalhador da segurança), em que os policias só recebem com contumaz atraso.

Ainda nos dias atuais temos problemas no iml, falta de estrutura, como a parte física (embora tenha se gasto alta soma no prédio - constante no estado: gasta mal), carência de profissionais e ainda ausência de câmara fria no interior do estado, tendo que os cadáveres serem deslocados para a capital.

Nossa perícia também é vítima do descaso desse governo. Pela falta de estrutura os laudos periciais demoram muito para chegar nas delegacias, prejudicando os inquéritos e processos, fazendo, até mesmo, que bandidos sejam soltos.

O volume de assaltos é crescente, no entanto, o governo fecha os olhos para isso. Sequer há uma delegacia especializada em roubos e furtos. Lembra-se do tempo em que o teresinense podia ficar em sua calçada conversando com seus vizinhos, hoje, até em parada de ônibus se é assaltado, em plena luz do dia.

Programas policiais que ganharam o gosto popular foram ou extintos ou abandonados, como a rone e o ronda cidadão. Nós somos o estado que menos gasta com segurança, apenas r\$ 73,00 per capita e a consequência disso é a crescente da criminalidade, o que se constata pelos índices de homicídios que são progressivos, como atestam os anuários de segurança.

Observando-se os anuários do fórum brasileiro de segurança, destacadamente de 2014 para cá, se nota que ano a ano, salvo raras exceções, os homicídios só crescem no piauí.

O déficit de policiais em nosso estado, tendo como parâmetro o que determina a onu, é de 32%, na proporção habitantes/força policial, significando uma defasagem de 11 mil policiais militares.

Diz ainda o ibge que o piauí tem o terceiro menor efetivo de policiais militares do brasil. Segundo legislação que data de 2004 deveríamos ter 3.355 policiais civis e não os hoje menos de dois mil.

Deve-se lembrar que esse governo do engano está mantendo um concurso em aberto para policial civil e, mesmo havendo extrema necessidade, não os nomeia, ficando aqui o pedido ao governador: nomeie os concursados da polícia civil.

Por fim, sabe-se que o servidor policial precisa ser bem reconhecido e isso passa também pelo destacamento salarial. Esse atual governo maltrata o servidor policial, pois desde 2013 não há um novo plano de cargos e salários para a polícia e nem sequer reposição salarial. Governador, é preciso ter mais carinho e atenção com nossos policiais, é preciso parar de mentir e servir o nosso povo com verdade

Propostas

A política de segurança pública adequada ao Piauí deverá reunir os seguintes elementos prioritários:

- a) Valorização dos profissionais da segurança pública
- b) Salários condizentes com suas atribuições
- c) Investimento em bons equipamentos
- d) Formação e capacitação continuada
- e) Prevenção e repressão qualificada do crime
- f) Reforma de quartéis e delegacias

- g) Tecnologia e gestão de informação
- 1- O Piauí necessita reforçar suas corporações, mediante **concurso público** para as forças de segurança uma coisa é ter pouco efetivo, outra coisa é não ter nenhum disponível. O cenário que se avizinha pode ser esse.
- 2- **Inteligência**. A tecnologia vem evoluindo a cada dia e as forças de segurança tem que se adaptar à nova realidade. Deve ser considerado o progressivo aumento no emprego de avanços tecnológicos, câmeras e sistemas informatizados, auxiliando e valorizando o servidor policial.
- 3- O departamento de polícia especializado (dpe) é naturalmente vocacionado para as **grandes operações**.
 - Mesmo com todo o descaso e impressionante abandono que a polícia civil foi submetida, verificou-se o desencadeamento de repetidas e grandes operações policiais, em especial no departamento de polícia especializada, que deve focar suas energias em tais serviços que proporcionam grande visibilidade ao trabalho policial.
- 4- Fortalecimento das atividades de **polícia judiciária** em formato de operações policiais assemelhadas ao modelo federal.
- 5- Criação de uma delegacia com exclusiva atribuição de apurar os **delitos oriundos do sistema prisional**.
- 6- A **fiscalização sistemática dos denominados "saidões**" também é medida sensível e absolutamente necessária, pois, na prática, não é realizada de forma alguma. Grandes operações de controle e visita aos endereços fornecidos pelos internos em diferentes horários são de simples execução e vão gradativamente desestimular o descumprimento das regras estabelecidas.
- 7- Relação com as guardas municipais:
 - Quanto mais segurança, melhor para a população. A proposta é de que as guardas municipais sejam vistas, efetivamente, como verdadeiros atores da segurança pública. O estado do piauí deverá **promover a integração**, **cooperação e atuação sistêmica com os municípios** e suas guardas municipais, fornecendo treinamento, aperfeiçoamento e equipamentos necessários ao bom funcionamento da corporação.
- 8- **Apoiar os municípios** no desenvolvimento de políticas de segurança pública, observando as peculiaridades locais.
- 9- Fomentar que os municípios avancem no sentido de tornarem-se **cidades inteligentes**, por exemplo com monitoramento com vídeo, inicialmente, nas maiores cidades, lugar melhor de se viver.

- 10-Centro de recolhimento de menores transformados em modelo escolar
- 11-Fomentar a implantação de **escolinhas esportivas e de música** para crianças e adolescentes nas escolas estaduais. A questão dos menores infratores é crítica em todo o brasil. Estes praticam crimes atrozes e continuam em liberdade elevando os índices a patamares inaceitáveis.
- 12-Foco nos atos infracionais realmente violentos praticados pelos adolescentes, estes sim devem receber maior atenção por parte do estado.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Situação

Penúria, desaparelhamento, déficit operacional e de serviços extremamente concentrados em Teresina. Além da capital, há alguma coisa em Parnaíba e Picos.

Falta profissionalismo, continuidade das ações e muito planejamento. Sair do ASSISTENCIALISMO POLÍTICO para uma POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Órgão gestor –Secretaria Estadual de Assistência Social- SASC alterado pela Lei Nº 7.211 de 22/04/2019 para Secretaria Estadual da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos.

Áreas de atuação: Assistência Social, Direitos Humanos e Trabalho

Custeio de acordo com o Quadro Demonstrativo de Despesas-QDD-R\$110.176.935,00 em 08/01/2021.

Distribuição do Recurso: 82,7% destinados para os serviços da administração de recursos humanos (efetivos e terceirizados) das áreas de Assistência Social, Direitos Humanos e Trabalho.

> 10% para Assistência Social com os serviços socioassistenciais tipificados como socioassistenciais (repasse federal)

> 2% para a Coordenaria da Pessoa Idosa sem uma definição específica das ações, estando fora do acompanhamento do Comando Único da Assistência Social.

5,3% destinados para área Trabalho

Agregado a esses recursos está o repasse federal mensal de R\$ 74.442.532,44 milhões direto para às famílias, perfazendo um total de R\$ 893.310.425,28 milhões ano. No Estado existem 460.795 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família -PBF significando 14,78% da população. A SASC não administra esse recurso, apenas monitora os municípios nas suas ações voltadas par as famílias.

Outro recurso que está atrelado à SASC apenas institucionalmente, é o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, contudo a execução se dá pela Secretaria da Fazenda. O quadro abaixo demonstra a evolução deste Fundo que tem como um dos objetivo subsidiar ações socioassistenciais de Organizações da Sociedade Civil, por meio de chamamento público. Nesse quadro observa-se que o montante de recurso acumulado ultrapassa consideravelmente o orçamento da Política Estadual de Assistência Social.



Os recursos que mantêm a SASC para ações continuadas do Sistema Único da Assistência Social - SUAS são transferências federais, assim não é possível identificar alocação do tesouro estadual para garantir a implementação das ações socioassistenciais, como também, a não definição de percentual orçamentário referente a gestão da Política de Assistência Social no Piauí que garanta a implementação das responsabilidade do Estado na gestão do SUAS: como: co-financiar os municípios, organizar, coordenar e monitorar o Sistema Estadual de Assistência Social, observando que o cofinanciamento foi realizado com uma definição insuficiente no orçamento, inviabilizando a sua implementação continuada. Essa realidade ocasiona uma severa desproteção para os usuários da Política de Assistência Social em todo o Estado, pois os municípios não contam com o financiamento continuado do Estado na gestão da política.

A SASC a partir de 2019 além da gestão das ações da assistência social, passa a assumir a gestão da Política do Trabalho e dos Direitos Humanos, sem uma legislação que defina as funções de cada área especificamente, ocorrendo assim uma desfiguração no desenvolvimento das ações que se referem à Política de Assistência Social.

É notório também um déficit operacional, desaparelhamento, e precarização do trabalho pela ausência de um quadro de recursos humanos

efetivos em virtude da ausência de concurso para o preenchimento do quadro, fato este que se justifica pela realização de apenas um concurso em que grande parte dos convocados pediram exoneração em virtude dos baixos salários e condições precárias de trabalho. Essa realidade ocasiona serviços concentrados em Teresina, estendendo-se apenas para os municípios de Parnaíba e Picos, dificultando uma cobertura de todo o Estado.

As ações são caracterizadas pela fragilidade de profissionalismo, planejamento, e descontinuidade. De acordo com as diretrizes da Política, o Estado tem a responsabilidade, na execução de ações por meio da estratégia da regionalização de serviços de Centros de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS e Casas de Acolhimento (Abrigos) com o intuito induzir a ampliação da oferta de proteção especial nos pequenos municípios com população de até 20.000 habitantes, que até o momento não foi viabilizada

Rede Socioassistencial

Existem aproximadamente 20 unidades socioassistenciais em todo o Estado que devem ser mantidas funcionando em bom padrão de atividade, sendo 13 unidades para acolhimento institucional com funcionamento por vinte e quatro horas ininterruptas. São as casas de acolhimento das medidas protetivas para crianças e adolescentes (LAR DA CRIANÇA Maria João de Deus, Abrigo Masculino e Abrigo Feminino), idosos (Vila do Ancião e Abrigo São José), mulheres vítimas de violência(Casa Abrigo) e as Unidades de atendimento socioeducativo para adolescentes: de privação de liberdade (Centro Educacional Masculino – CEM, Centro educacional Feminino -CEF, e Centro de Internação Provisória – CEIP); 3 unidades de Plantão Interinstitucional Complexo de Defesa da Cidadania – CDC (em Teresina, Picos e Parnaíba), e a Semiliberdade, que atendem adolescentes em cometimento de ato infracional.

Com relação aos Centros voltados para as medidas socioeducativas seguem orientações que estão desvinculadas como as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE necessitando de reordenamento e estruturação do sistema.

Com relação aos Centros Sociais Urbanos – CSU's, existe a necessidade de mapear todos as unidades, ainda sob a administração da SASC, espalhados por todo Piauí, com o objetivo de reordenar suas funções de acordo com as diretrizes da Política Estadual de Assistência Social ou fazer a cessão dos espaços físicos para os

Municípios ou outras políticas públicas estadual.

CULTURA

Situação

A Secretaria de Estado da Cultura ao longo dos anos experimentou diversos formatos de atuação. Nenhum desses formatos, entretanto, consolidou-se como ideal ou capaz de apresentar resultados sustentáveis.

A questão crucial impeditiva de melhor desempenho permanece: onde encontrar recursos que sustentem a prioridade que o setor merece? Como torná-lo consequente e sustentável nos resultados?

Convivendo com a "seca" dos recursos sem o refino exigido na definição de prioridades reais de atuação a SECULT depende do maior ou menor grau de envolvimento da sua direção superior com o chefe do Poder Executivo para conquistar recursos e assim colocar em prática algum plano de ação.

Nesse sentido, imperam duas duras realidades: o órgão sobrevive como executor das também tímidas das ações do governo federal no Piauí, na verdade como organizador e operador de cadastros de possíveis beneficiários dos programas federais; e como coordenador na execução das chamadas emendas parlamentares estaduais, que destinam recursos para ações idealizadas por seus subscritores, e não em função de bem concebida e coordenada visão e ação estratégica de interesse coletivo.

Além disso, coordena também o SIEC, a lei do sistema de incentivo à cultura, que troca impostos por apoio financeiro a projetos culturais.

Atuação

Com atuação ampla no papel, apresenta resultados restritos na prática, que nunca são avaliados, tecnicamente, presa à política de fomento das casas de cultura e dos eventos, quando estes acontecem.

São atribuições atuais:

- a) Estruturar desenvolver e difundir e documentar as atividades culturais, bem como as manifestações da cultura popular;
- b) Desenvolver um plano editorial;
- c) Coordenar pesquisa socioeconômica e cultural;
- d) Promover ações voltadas à preservação do patrimônio arqueológico, histórico e artístico;
- e) Coordenar ações do sistema estadual de bibliotecas e museus estaduais;
- f) Documentar e manter bens históricos e culturais, móveis e imóveis;
- g) Fazer a gestão do Teatro 4 de setembro;
- h) Criar e manter centros artísticos e culturais;

i) Promover programas de intercâmbio cultural.

Há Instalada no Estado do Piauí uma pequena rede de serviços culturais, presente nas cidades de Teresina, Parnaíba, Floriano, Piripiri, Bom Jesus, Oeiras, Amarante, Picos, União, Dom Inocêncio, Corrente, Campo Maior e Pedro II (13 municípios).

Até 1975, as ações do Estado de incentivo à cultura concentravam-se na Secretaria de Cultura, órgão da administração direta. Posteriormente surgiram dois órgãos de atuação específica: a Fundação Cultural do Piauí e a Fundação de Assistência Geral ao Esporte do Piauí. A cultura foi assim repassada ao âmbito da administração indireta do estado.

Em 1997, foi criada a FUNDEC – Fundação Estadual de Cultura e do Desporto do Piauí, fundindo os dois órgãos existentes.

Em 2003, as áreas de cultura e esportes voltam a separar-se, dando origem a FUNDAC e a FUNDESPI.

Por último, foi criada a Secretaria de Estado da Cultura do Piauí, SECULT.

Esses movimentos organizacionais, entretanto, não foram capazes de dar ânimo novo às ações culturais nem mudaram seu padrão estanque e limitado de atuação.

Ressalte-se que nos últimos tempos uma visão marcadamente obreira na cultura tornou-se central na atuação, realizando-se obras de reforma, construção e instalação de espaços culturais.

Pouco se sabe, entretanto, como teria sido possível, como vem se dando a manutenção e a gestão daquilo que foi criado e restaurado em nome da sustentabilidade.

O que é certo é que no quesito essencial da definição de programações culturais, todos os espaços deixam a desejar por falta de regularidade, seja no período prépandemia da Covid -19, ou mesmo na pós – pandemia.

Rede de serviços culturais.

Na capital:

- 1. Museu do Piauí.
- 2. Memorial Esperança Garcia.
- 3. Teatro 4 de setembro.
- 4. Superintendência de Desenvolvimento do Artesanato Piauiense.
- 5. Escola Estadual de Dança Lenir Argento.
- 6. Complexo Cultural Club dos Diários
- 7. Biblioteca Estadual Cromwell de Carvalho.
- 8. Escola Técnica Estadual de Teatro Gomes Campos.

9. Escola Estadual de Música Possidônio Queiroz.

No interior:

- 10. Centro Cultural Major Selemérico em Oeiras.
- 11. Espaço Cultural Maria Bonita em Floriano.
- 12. Memorial Tertuliano Brandão Filho em Pedro II.
- 13. Monumento Heróis do Jenipapo em Campo Maior.
- 14. Espaço Cultural Porto das Barcas em Parnaíba.
- 15. Centro Cultural Odilon Nunes em Amarante.
- 16. Centro Cultural Benedito Martins do Rêgo em União.
- 17. Memorial Expedito Rezende em Piripiri.
- 18. Centro Cultural Coronel Benjamin José Nogueira em Corrente
- 19. Museu Ozildo Albano em Picos
- 20. Teatro Alard em Bom Jesus
- 21. Espaço Cultural Christino Castro em Floriano.
- 22. Museu de Arte Sacra em Oeiras.
- 23. Escola de Sanfona Raimundo do Mundico em Dom Inocêncio.
- 24. Museu do Mar em Parnaíba.

Propostas

- 1. Ir além do "obreirismo" cultural da recuperação, construção e instalação de unidades culturais, fazendo com que os espaços instalados tenham programações permanentes que as justifiquem, dada sua importância e abrangência cultural.
- 2. Que as ações culturais sejam dinamizadas na sua essência, qual seja a produção cultural, a preservação do patrimônio histórico e artístico, as celebrações envolvendo as tradições, lendas e o folclore piauiense.
- 3. Que o sistema de incentivo cultural seja modernizado, ampliado, e respeitado na sua execução, dispondo de mais recursos, especialmente dirigidos para a promoção da produção cultural.
- 4. Que sejam instituídos mecanismos eficientes de divulgação e difusão cultural como forma de ampliar o conhecimento e o acesso aos bens e serviços culturais, sem os quais a ação estatal voltada à cultura não se completa.

MEIO AMBIENTE

Situação

O desafio comum ao poder público (federal estadual e municipal) e à sociedade é promover o crescimento econômico sem comprometer o meio ambiente para as gerações futuras.

Portanto, usar sem destruir o que temos de essencial.

O Piauí é uma região de transição. Estão presentes no território estadual os biomas: da caatinga; do cerrado; e de vegetação litorânea - constituída de mangues restingas e tabuleiros.

As Unidades de Conservação da natureza existentes no Piauí (UC'S) criadas por iniciativas dos governos cobrem uma área equivalente a 12,41% do território estadual que estão protegidos por lei.

Abaixo relaciona-se cada uma com o mínimo de detalhamento.

Estado	Norms da UC's	Municiples	Écorregião	Catagoria	
D)	Sorta de Capivera	Own	COMPLEXO BULFABA - ANATOPE	ZARMA	
PE	sorra dis confusties	Cristine Castro	Compliant Biospatia - Arompe	200900	
19	Setw Didenters	Precursos	COMPLEXE DE CAMPO MAICE	7ATMA	
PE	Cachestra de Unulra	Experantina e Batalha	COMPLEXED BE CAMPO MAKEN	Parges Coologico	
176	Ingesterns	Prolistans	DEPRESSÃO SERTANDA MERIDIONAL	APA	
19	BOQUESÃO	SÃO IGÃO DO PIAU)	COMPLEXE BLAZASIA - ASARIFE	PARCICE MUNICIPAL	
PI	Lagos de Nacuri.	Natarii do Raul	LIMITE FORA DAS EDORREGIÕES	ASK	
DI	Rangel	CURRENTA	UMBTE FORA DAS EDORRESAÕES	APA	
PE	PALMARCS	Altos	COMPLEXO DE CAMPO MAIOR	FLOMA	
PI	FAZENDA BODUEIRÃO	Canadiana	LIMITE FORA DAS EDORRESIÕES	8999	
PE	FAZENDA ROQUERRÃO DOS FRADES	Altox	Completes de Campo Maior	8899	
PE	MMMAGO	Castale do Plass	UMITE FORA DAS EDORREDIÕES	820%	
PE	RECONTO DA SERRA MEGRA	PRICURUCA	COMPLEXE DE CAMPO MAIOR	899N	
		Startti doc Lopes, Rom Principio, Cocal,			
PL CE	Serra da Hitopuba	Praes ruce, Piripiri, Pedro II, Lagra do	COMPLEXO DE CAMPO MAJOR	APA	
E, CE e MA	Delta do Pamalita	Just Confia, Morto da Mariana, Paantailba no Estado do Pl. Analoses.	DEPRESSÃO SERTANEJA SETENTRIONAL	ANA	
LPECE	Chapala do Arange	Allocks withs, About, Brigh Sarth, Platters, Jackin, Job, Feno, Smilles,	COMPLEXO BIANASA: ANAPIRE, DEPRESSÃO SERTANCIA: DEPRESSÃO SERTANCIA:	APA	
Estado	Nome de UC's	Tipe	Responsivel	Áres (ha)	Legisleção
m	Sente de Caphora	Proteção triegral	Tedenii	300,000,00	Decreto 83.548 co/05/79
171	Serre-des Confusões	Proteção integral	Fedoral	502.411.00	Decreto s/n 08/10/0
PI	Sete October	Pictocia integral	Federal	7.700,00	Decrete 50,744 de devosres.

BESTER	THAT I'M ME SOLVE	Tiple	Localization and	Series (me)	traditional harm
m	Sette de Captera	Protectio triagnal	Tadorel	200,000,00	Decreto 83.548 co/cs/79
171	Serre-des Confusões	Protoção integral	Federal	502.411,00	Decreto s/n 08/10/0
-	101000	MID: SERVE	2.0		Decrete 50,744 de
PE	Sate Gidages Carbonina do Unubu	Proteção integral	Federal Estachel (SEMARI)	7.700,00	9,736 de 16/06/97
19	The state of the s	Protoção integral Uto outretavel		653.97	1,003 de 1961 R9
19	Ingsoninas		Estaclasi (SESANS)	963,60	1,003 08 190109
	ROGORNÃO	экспесАстителии.	MUNION	410000000	
PL	Lagon de Matarit	\u00e4sessetentivel	Estadad (SEMARI)	2,915,80	5.123 (c.04/00/31
PI	Targel	Tito sustantivel	Establish (SEMAN)	28,769,13	9.927 - 05/06/08
19	PACHAMES	Uso sustantiated:	Tedovi	110	21/02/2006
м	FAZENCIA BODOLIGIRĀCI	Uso sustantavel	Pattoder	27 A58,00	Portaine 080/97-W-0 34/05/97
m	FAZENDA BOQUEIRÃO DOS FRADES	Consultrative)	Particular	579,70	Portorus 29/95 N do 34/03/90
PI	MARVÃO	Considerative	Paticular.	5,096,86	Portorio 42 de20/09/2000
29	RECONTO DA SERRA MESRA.	utonatestavel	Particular	179,16	Portaria 37/14-M de disyos/de
M. CE	Serro da Histopatra	Usosustentavel	Felicol	1.399,148,895 Hires total 1.592,560,800	DecFed JW15/96
E CE e MA	Delta do Parreillo	luto sustentável	reseal	101.034,5) (AREA TOTAL 313.800,00)	Decrete I/V 28.18.9
PL PE e CE	Chapada do Aranpe	Uso purcentabel	Fedoral	102,190,20) (lines total) 1,063,000,00)	Dec.Fed. 0408/97

As unidades de conservação mais conhecidas são:

- 1- PARQUES NACIONAIS: de 7 cidades; da Serra da Capivara; da Serra das Confusões; das nascentes do Parnaíba.
- 2- Estação ecológica Uruçuí Una.
- 3- RESERVA EXTRATIVISTA: marinha do delta do Parnaíba; dos cocais.
- 4- Floresta nacional dos Palmares.
- 5- Áreas de proteção ambiental: Delta do Parnaíba; Serra da Ibiapaba; Chapada do Araripe; Reserva biológica da Serra Vermelha.

Entre as unidades estaduais de conservação tem-se:

- 1- Os parques: Zoobotânico de Teresina; Cachoeira do Urubu; Canion do Rio Poti; Serra de Santo Antônio; Serra do Rangel; Serra dos matões
- 2- São áreas de interesse ecológico: a Lagoa do Portinho.
- 3- São monumentos naturais: a floresta fóssil de Teresina; a Pedra do Castelo; a Pedra do Sal.
- 4- São áreas de proteção ambiental: as nascentes do Rio Gurguéia Uruçuí vermelho; nascentes do Rio Canindé; nascentes do Rio Longá; nascentes do Uuruçui- preto; as lagoas e Ingazeiras; Lagoa de Nazaré; Lagoa de Parnaíba

Há ainda também algumas reservas particulares no território estadual: património natural de Marvão, em Castelo do Piauí (que tem 5096 hectares); a reserva particular do Boqueirão, em Canavieira do Piauí (conta com 27458 hectares); a reserva particular Boqueirão dos Frades, em Altos, com 578 hectares; e a reserva Recanto da Serra Negra, em Piracuruca com 179 hectares.

Para efetivamente proteger as áreas de conservação naturais, patrimônio material dos piauienses, é preciso recursos humanos preparados, recursos técnicos suficientes e recursos financeiros de grande valor.

Por outro lado, é preciso enfrentar com ação planejada e ampla os mais graves problemas de impacto ambiental nas cidades e nas áreas rurais: destinação final do lixo; queimadas agrícolas; incêndios florestais; poluição das águas seja de rios Lagoas lagos e açudes; perfuração indiscriminada de poços, que estão entre os principais impactos negativos.

O desafio da área do meio ambiente por recursos é extraordinário, mas não pode ser indefinidamente adiado. Passos firmes devem ser dados na direção certa.

As grandes e graves questões ambientais do Piauí não devem continuar a merecer tratamentos pontuais, distantes da integração institucional necessária de meios e recursos, política que deve ser progressivamente substituída por uma ação sistêmica integrada, responsável, a ser ampliada a cada dia.

Atuação

O primeiro órgão estadual do meio ambiente data de meados dos anos 80, do século XX, no Piauí.

Desde então, sua atuação institucional é tão ampla na teoria quanto restrita na prática por falta de condições humanas técnicas e materiais. É intensamente marcada por interesses políticos que divergem de sua essência conservacionista, fiscalizadora e educativa.

Nos últimos anos, ganhou visibilidade pela agregação dos recursos hídricos e da disseminação do licenciamento ambiental, exigência de tempos modernos.

Entretanto, sua evolução institucional não acompanhou a dimensão dos desafios e da crescente consciência de que a humanidade deveria abraçar a sustentabilidade dos recursos naturais na luta pelo crescimento econômico.

Portou-se institucionalmente de forma restrita, de atuação pontual, evidenciando despreparo no desempenho das atribuições e na entrega de resultados socialmente responsáveis.

Propostas

- 1 Realizar permanente gestão junto ao governo federal visando garantir recursos financeiros, técnicos e materiais para efetivamente estruturar e manter as unidades de conservação da natureza, compatíveis com dimensão dos desafios;
- 2 A promoção de estudos e de práticas de preservação ambiental deverá ser articulada com universidades, instituições de pesquisas, empresas e organizações sociais sem fins lucrativos;
- 3 Tornar realidade nos currículos escolares a educação ambiental como disciplina essencial à vida e ao trabalho;
- 4 Viabilizar campanhas em meios de comunicação de massa, em caráter permanente, de conscientização do valor ambiental e da educação;
- 5 Estabelecer programas específicos em parcerias ambientais com as prefeituras municipais visando a educação fundamental, média e superior, a preservação do patrimônio ambiental; a consciência cidadã
- 6 Elaborar estudos de zoneamento agroecológico do estado, dando absoluta prioridade a região dos cerrados no sudoeste do Piauí, tendo em vista o avanço rápido da agricultura na região e sua notável diversificação.

- 7 Dar atenção e prioridade ao melhor aparelhamento técnico material e humano da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, especialmente quanto as competências de fiscalização ,ordenamento e controle, sem os quais nada será consequente e amplo o suficiente.
- 8- Trabalhar para favorecer o funcionamento regular dos Comitês de Bacias Hidrográficas no Piauí (CBH), essenciais ao adequado manejo responsável dos recursos hídricos.

RECURSOS HÍDRICOS

PRINCÍPIOS DO DA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

- A água é um bem de domínio público
- A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico
- Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.
- A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas
- A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
- A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

O geólogo Aldo da Cunha Rebouças, em seu estudo *Água doce no mundo e no Brasil* (Escrituras, 2002), informa que o Piauí detém o terceiro maior potencial hídrico do Nordeste, inferior apenas ao dos estados da Bahia e do Maranhão, e apresenta a segunda maior disponibilidade hídrica social da região, com 9.185 m³/hab/ano, superado apenas pelo Maranhão, mas desfruta do segundo menor nível de utilização, com apenas 1,05% de sua disponibilidade hídrica. Esta é uma síntese do Piauí: muitos recursos naturais, que são pouco utilizados em benefício da sociedade.

Os açudes e as barragens construídas no estado têm pouco aproveitamento para o abastecimento de água à população, para a irrigação e para a piscicultura.

Propostas

O grande desafio do Piauí é sair paulatinamente das ações emergenciais, tais como caminhão pipa e distribuição de alimentos. O governo propõe elaborar e executar um projeto estruturante de recursos hídricos que contemple ações permanentes e seja concebido com base nas demandas da população, incluindo, entre outras ações, as que se seguem:

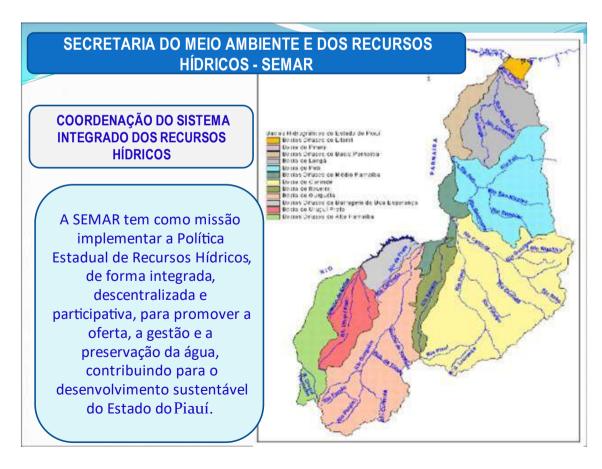
No plano institucional o governo adotará medidas para:

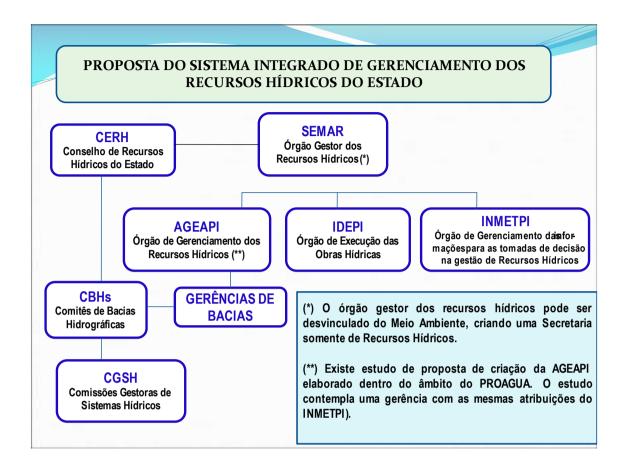
- Articulação com o Governo do Maranhão, no sentido de que o Governo Federal execute plano de valorização do Rio Parnaíba à semelhança do plano em execução no Rio São Francisco, tendo em vista a recuperação das áreas marginais degradadas, preservação dos mananciais e especialmente, do Parque Nacional das Nascentes.
- Institucionalização dos Comitês de Bacias hidrográficas, para planejamento e gestão dos recursos hídricos, com a participação do poder público, dos usuários e da comunidade;
- Reforço à segurança física das barragens e implantação de sistema de alerta de enchentes;
- Adequação da estrutura de governo aos objetivos de gestão integrada dos recursos hídricos do estado e capacitação dos recursos humanos ligados à área.

No plano operacional:

- Promover o aproveitamento das barragens construídas, funcionando como centros estratégicos de acumulação de água para distribuição;
- Construir adutoras para abastecimento de água às populações rurais e urbanas
- Fomentar a implantação de projetos de irrigação privados, em escala comercial, de forma a atender aos pequenos, médios e grandes produtores;
- Implantar programa de universalização do abastecimento de água em comunidades rurais não assistidas por outros programas do Governo, mediante a construção de sistemas de abastecimento d'água com ligação domiciliar, envolvendo as comunidades beneficiadas e as Prefeituras Municipais para a manutenção e conservação, evitando o uso de carro-pipa;
- Acompanhamento sistemático dos resultados, com a maior transparência possível na utilização dos recursos e permanente envolvimento das comunidades afetadas.
- Aproveitamento dos estudos, dos projetos e das obras, inclusive das barragens executadas ou planejadas, para integrar o Plano e com isso se lograr agilidade na sua execução.







ESPORTE E LAZER

Situação

EQUIPAMENTOS (Fundespi)

- Estádio ALBERTÃO Situação: Semiaberto muito deteriorado falta de manutenção.
- Estádio Deusdeth de Melo (Campo Maior) Situação: Fechado sem manutenção
- Centro Esportivo ALMEIDÃO no Dirceu (Teresina) Situação: Tem Pista de Cooper, campo de futebol com iluminação, quadra coberta, quadra de areia e salas para administração – está em um bom estado de conservação.
- Campo Dignidade no Angelim -Teresina Situação: A comunidade é quem administra.
- Campo do Renascença -Teresina Situação: A comunidade é quem administra.

PROGRAMAS E PROJETOS (Fundespi)

- Segundo Tempo/Jogos Estudantis/ Bolsa Atleta Situação: Suspenso (Pandemia)
- Copa Piauiense (Intermunicipal) APPM Situação: Suspenso (Pandemia)

Atualmente só funciona a **Diretoria de Gestão dos Equipamentos de Esportes e Lazer** (DGEEL) onde está atuando na construção e recuperação de quadras, ginásios, academias da praça através do PRÓ PIAUI.

Atuação

Finalidades básicas da Fundação dos Esportes do Piauí - FUNDESPI

- Promover o esporte de forma descentralizada no Estado do Piauí;
- Elaborar e executar a política estadual para o desporto;
- Estimular a participação do empresariado no patrocínio do esporte no Estado do Piauí;
- Promover a inclusão social de portadores de necessidades especiais, idosos, jovens e crianças através da prática esportiva;
- Promoção de atividades lúdicas e de lazer para a população;
- Promover, em conjunto com os Municípios e organizações não governamentais, atividades visando o aperfeiçoamento e desenvolvimento do desporto;
- Criar e manter centros desportivos.

Propostas

As políticas públicas de promoção de esportes e lazer ganham foco privilegiado nos jovens e funcionam como elemento de formação da cidadania.

As práticas esportivas e do lazer serão estimuladas a partir de programas específicos vinculadas diretamente ao esporte amador. Assim, a ação do Governo estará voltada prioritariamente para a realização de práticas esportivas, preparação técnica de instrutores, aos intercâmbios e para a concessão de incentivos esportivos a atletas de competição.

Paralelamente, caberá ao governo estadual formar parcerias com os municípios para viabilizar a construção de equipamentos públicos e a oferta de equipamentos adequados a cada uma das práticas destinadas ao descobrimento de talentos potenciais, bem como ao seu pleno desenvolvimento, com um programa permanente de incentivo aos atletas no formato de bolsa e auxílio manutenção.

Guiados pelo Plano Estadual de Promoção do Esporte e do Lazer, o interesse da sociedade e a vocação de cada lugar nortearão as decisões quanto às instalações esportivas tais como:

- a) Ginásios Poliesportivos;
- b) Ginásios cobertos;
- c) Quadras de esportes;
- d) Centros Integrados de Esportes com pistas de atletismo, quadras de cimento e areia, campo de futebol, artes marciais, etc;
 - e) Arenas de eventos.

O lazer é atividade diretamente ligada às expressões culturais, aos hábitos e costumes de cada comunidade. Sua prática remete a atividades em períodos especiais característicos: finais de semana, feriados, dias de folga do trabalho e da escola. Sua maior ou menor importância decorre da freqüência com que são realizados e do afluxo natural de público. Preferencialmente devem buscar mobilizar comunidades urbanas.

Dessa forma, o lazer esportivo, cultural e educacional pode ganhar espaço em ambientes públicos e privados seja em festas tradicionais, comemorações populares, eventos cívicos, eventos culturais.

Especificamente propõe-se duas ações básicas:

- 1. Descentralização da estrutura da FUNDESPI a exemplo da área de saúde e educação;
- Transformar Teresina num POLO DE ESPORTES com a implantação dos Complexos Esportivos: Lindolfo Monteiro/Verdão e Universidade Estadual-UESPI;Colégio Estadual Zacarias de Góis – LICEU PAUIENSE; e Instituto de Educação

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA

Rodoviária

A malha rodoviária estadual pavimentada possui uma extensão de aproximadamente 6.000km, um patrimônio estimado em cerca de R\$ 6 bi, que precisa de atenção especial do estado em sua conservação, manutenção e melhoria.

Extensão da Malha por Situação Física:

Malha Rodoviária Estadual (Dados: 2020)			
Tipo	Extensão (km)		
Planejada	184,00		
Leito Natural	1.671,00		
Em Obra de Implantação	252,00		
Implantada	2.683,40		
Em Obra de Pavimentação	428,00		
Pavimentada	6.223,90		
Em Obra de Duplicação	2,00		
Duplicada	7,70		
Total (km)	11.462,00		

Região dos Cerrados

Na região dos Cerrados piauiense, onde encontra-se significativa contribuição econômica, representando 10% do PIB e 90% das exportações do estado, temos a interligação entre rodovias estaduais e federais por onde escoam os grãos produzidos na região.

Destaca-se que somente no ano de 2021, até o mês de outubro, foram produzidos mais de 5 milhões de toneladas de grãos, o que representa um novo recorde, panorama que vem se repetindo nos últimos anos. No entanto, continua preocupando os produtores o fato de que o setor cresça, mas permaneça obrigado a trabalhar em condições precárias de infraestrutura, como é o caso das rodovias estaduais PI-392, por onde passam cerca de 60% desta produção de grãos, e da PI-397, a chamada Transcerrados.

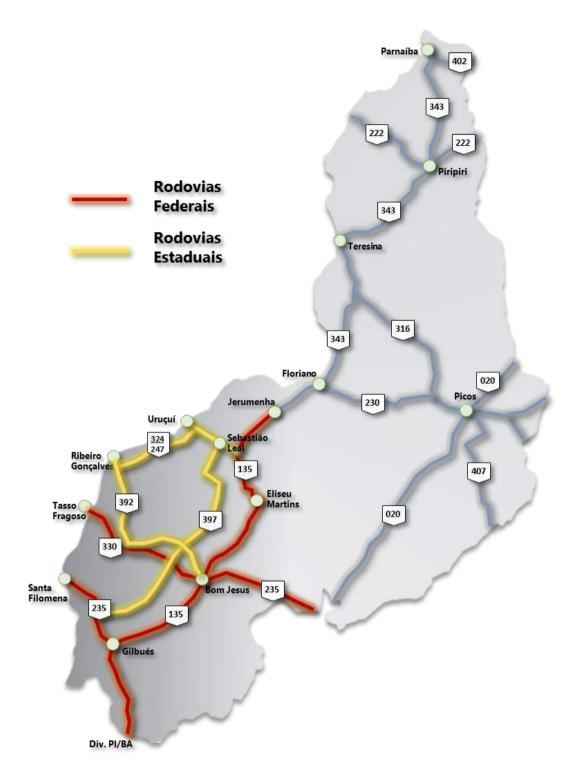


Figura 01 – Interligação das rodovias (região dos cerrados)

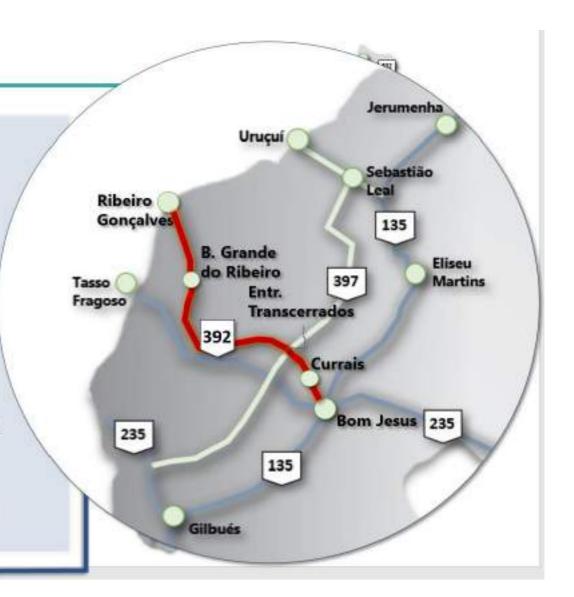


- · PI-392 (Bom Jesus/Ribeiro Gonçalves):
 - · Bom Jesus/Currais (08 km)
 - Condição: 08 km em TSD
 - Currais/Entr. Transcerrados (42 km)
 - Status: Projeto na CEF
 - · Condição: 30 km trafegáveis

06 km ruins

06 km interrompidos

- Entr. Transcerrados/B. G. do Ribeiro (192 km)
 - Condição: 192 km precários
 - Atuação IDEPI, chegada de B. G. do Ribeiro.
 - 16 km em licitação;
 - 27 km em execução.
- · B. Grande do Ribeiro/Ribeiro Gonçalves (37 km)
 - · Condição: 37 km em AAUQ



RODOVIAS ESTADUAIS

- PI-397 (Rodovia Transcerrados, Ext.: 330 km)
 - Sebastião Leal/Entr. BR-235/Pl
 - Trecho I (117 km);

Condição: 92 km em CBUQ

25 km Revestimento Primário

· Trecho II (119 km)

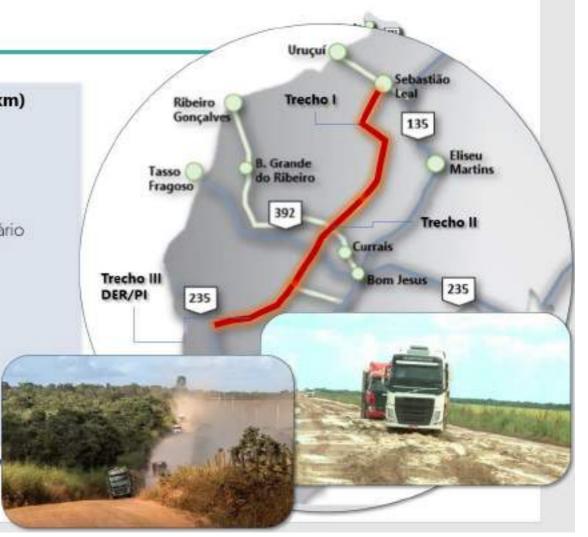
Condição: Leito Natural

Trecho III (94 km)

Condição: Leito Natural

Status: Contratada pelo DER/PI

Valor: R\$ 91,82 milhões



PPP - Rodovia Transcerrados (PI-397)

PPP RODOVIA TRANSCERRADOS

- A Rodovia Franscevrados (R-397) e a Estrada da Palestina (PI-262) integram um sistema rodoviário situado na região Sul do Pieul, em uma ácea direta de influênciasobre 25 cidades;
- Lacalitado no Cercado plasiense, a redoviz tem pesição estratégica para o escolamente de grãos da região curhecida cuma MATOPIDA, que abrange também de estados do Maranhão, Batie a Tocarnáis Advisatem grando potencial econômico de desenvolamento e se destada pela produção agricolade milho, toja algodão.
- O instituto Brasiliero de Geografia e Estatística (BIGE) aporta que o Fisul tem uma área total de mais de 870 mil hectares disponível para o plantio da soja. Mas, sumente 60% (pera de 5/20mil hectares) é efetivamente ocupada, o que pomitia estimar um crisicimente médio de 40% na área plantado, nos priorimos 30 ares.

PRODUÇÃO DE SOJA

MINICIPIN	301 5 m.i.	2010 (ton.)	Nessen (S)
Sing Seaso	308,812	ATTAKET:	17,00%
Prints Comple do Riberro	553,000	960.304	14396
Elemás .	306,179	101.545	33,07%
Sillerin	205.314	170.084	20,82%
Monte Alegre do Pissa	40,660	121.298	2652%
Unite Gospiles	279.029	394.401	75,59%
Sada Filimena	211.80	261,heb	13.5%
Moreo Link	G1.00	196-80	36696
Timpi	121.557	90,799	1019%
etet	DANSA14	A20000T	13,00%

 O Projeto de Parcaria Público Privada (PPP) prevé a prestação de serviços públicos de conservação recuperação, románicão, manutenção, implantação de melhonas e operação da Transcervados, na área com octamilado 275 (m. antimacrodovas PT-397 e PT-362).

- De forma geral, o refevo da ârea é predeminantemento plano e os estudos de engenharia não identificaram traveusa com rio, riacho ou estro acidente em que seja necessária a previsão de execução de grandes obras de contenção.
- Cerca de 32 km da rodovia ja foram asfaltadus e tilmbrosi cendições de uso, enquanto eutros 24 km passaram por temaplanagem. O recturte da área não tem intervenções de exgenharia.

De atondo com o projeto da PPP, a Rodovia Transcernados foi divicida em três trechos que ficarko ob respensabilidade daconcessionária.

*TRECHO trestenção 1771 km;

Do entronçamento das rodovias PI-247 e 8P-328 atéc sensoau Diátrito NovaSanta Roxa; Cidades atiendidas: Urugui, Sebastido Leal, Bertolinia, Antônio Almeido, Landri Sales, Eliseu Marties, Mannel Emidio e Alverada do Carguña.

«TRECHO 2: extensão de TIR, 9 km)

Do acesso ao Bistrito Nova Santa Resa até o estroncamento com anodovia PI-262. Cidades axendidas Cristino Castro, Parmeira do Plasi. Currais, Santa Luz, Bore Jesus e Redonção de Guigodia.

*TRECHO E: extensão de 40,8 km;

Rodova Pl-262 (a partir do entroncamento com a 881-155 até a Pl-397).

Cidades atendidas: Burn Jesus, Rederição do Guigurian Monte Alegre do Plaul.

MODELAGEM JURÍDICA

- Parceria Público-Privada/ Concessão Patrocinada:
- Tipo de ligitação: concomência pública.
- Critério de julgamento: menor valor de contraprestação inensal máxima;
- -Prazu da PPP-30 anos.

INVESTIMENTOS



OBRAS

Executadas em até Zanoc

- -Bapraças depenigio:
- OT Centro de Controle Operacional (CCD);
- IIZ postos de pesagem;
- Othane de apois operacional;
- 01 Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU);

INVESTIMENTO/30 anes: R\$ 308,9 HILHÕES; CUSTOS OPERACIONAIS/30 anes: R\$ 573,2 MILHÕES;

IMPACTO SOCIAL

- Coração do 392 postos de trabalho:
- Aumento de 40% na áreo plantada do Estado:
- Melhor deslocamento da população entre as cidades:
- Fortaleomento da economia:
- incremento de ISS e ICMS;
- Deserrolyimento socioeconómico.

MENOR CUSTO DE TRANSPORTE

- +17% volculos teves:
- -24% veitulespesades



Condições das rodovias

A falta de planejamento e o péssimo emprego do recurso disponível levaram à precariedade as condições das rodovias estaduais, fato notório ao longo da última década. A desorganização do setor rodoviário passa pela falta de gestão integralizada, com a atuação de diversos órgãos sem a devida expertise e corpo técnico adequado para tal finalidade, como o IDEPI, as Secretarias da Agricultura Familiar, do Desenvolvimento Econômico, de Turismo, das Cidades, entre outros. Tal cenário antagoniza com as condições das rodovias federais ao longo do Estado, ensejando uma proposta dos produtores para federalização de rodovias estaduais na região dos cerrados, formando o Anel da Produção do estado do Piauí.

A necessidade de se equiparar as condições das rodovias estaduais às federais, se dá em razão da busca por um melhor planejamento integrado entre os principais corredores para escoamento da economia do Estado, pelo modal rodoviário. Os principais eixos da malha rodoviária federal são:

- BR-343: que atravessa o Piauí desde Luís Correia a Teresina e Floriano;
- BR-222: de Fortaleza a Piripiri, e prossegue rumo a Batalha, até a divisa PI/MA;
- BR-402: procedente do Ceará, atravessa o litoral do Piauí, passando por Parnaíba, seguindo rumo ao Maranhão;
- BR-316: desde São Luís/MA a Teresina, e prossegue rumo a Picos e ao sul do País;
- BR-135: procedente do Maranhão, entra no território piauiense em Guadalupe e forma o principal eixo da região sul do Estado, até a divisa com a Bahia;
- BR-230 (Transamazônica): procedente da Paraíba, que atravessa o Estado ligando Picos a Oeiras e Floriano, e daí segue para estado do Pará;
- BR-407: ligando Picos ao estado da Bahia e à região Sudeste do País;
- BR-020: que liga Fortaleza a Picos, e daí a São Raimundo Nonato.

Tendo as referências supracitadas como importantes eixos rodoviários do estado, cumpre a malha estadual interligar os municípios e demais centros econômicos por região, a fim de garantir o pleno escoamento da riqueza do estado piauiense.

HABITAÇÃO POPULAR

A habitação popular pode ser entendida, basicamente, como a habitação de interesse social destinada à população com renda familiar de até 03 salários mínimos, configurando a moradia como um direito fundamental estabelecido na

CF/1988, sendo competência comum dos entes federativos, promover programas de construção e melhoria habitacional com acesso ao saneamento básico.

Fundamental para a elaboração de uma Política Pública e o planejamento das ações de governo na área da habitação popular, é o estudo do Déficit Habitacional no Brasil, realizado pela Fundação João Pinheiro-FJP, desde 1995, utilizando dados censitários. Em março deste ano de 2021, a FJP, divulgou os dados referentes a estimativa do déficit habitacional e a inadequação de domicílios urbanos no Brasil, capturados, na PNADC-Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua, nos anos de 2016 a 2019.

Apresentamos, a seguir, alguns dados de referência:

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL	%	NORDESTE	%	PIAUÍ	%
População	213.317.639	-	57.667.842	27,03%	3.289.290	1,54%
Municípios	5.570	-	1.793	32,19%	224	4,02%
Domicílios						
Particulares	72.395.000				1.031.000	1,42%
Permanentes						
Acesso ao PBF	9.773.325	13,50%			349.509	33,90%
Acesso ao BPC	2.533.825	3,50%			56.705	5,50%
Déficit Habitacional	5,876 mi	8,12%	1,778 mi		115.190	11,17%
Habitação Precária	1.482.585	2,05%			76.449	7,42%
Coabitação	1.358.374	1,88%			26.170	2,54%
Inadequação de Domicílios	24,893 mi	34,38%	8,861 mi		344.833	33,45%

<u>Piauí - (IBGE-PNADC-cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/pesquisa/10070/64506;)</u>

Situação atual

• Área: 251.577,738 km²

• População: 3.289.290 pessoas

• 05 Cidades mais populosas: Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri e Floriano

• **Domicílios particulares permanentes:** 1.031.000

• Destes, 349.509 (33,9%) estão cadastrados no Programa Bolsa Família e

• 56.705 domicílios (5,5%), têm cadastro do BPC

- **Déficit habitacional:** 115.190 mil domicílios (7º da região em termos absolutos e 5º relativos)
- Habitações precárias: 76.449. Mais da metade do déficit atinge esse componente (66,4%) Maior da região em termos relativos.
- Coabitação: 26.170 mil.
- Ônus excessivo com aluguel urbano: 12.572 mil.
- **Inadequação de domicílios:** 344.833 domicílios urbanos, (51,38%), com algum tipo de inadequação
 - . Infraestrutura urbana: 124.459 mil, (18,54%), com algum tipo de inadequação por infraestrutura.
 - . 62.902 domicílios, (9,37%) têm inadequação quanto ao abastecimento de água
 - . Edilícia: 262.410 mil, (39,10%)
 - . Fundiária: 16.615 mil, (2,48%)
- 4º Estado do país em número de casas sem banheiro; 114 mil domicílios (11% do total)

FERROVIÁRIA

Condições Gerais

O sistema de ferrovias do Estado é composto pelos ramais que interligam Teresina ao Porto do Mucuripe, no Ceará; ao de Luís Correia (em construção), no Piauí; e o de Itaqui, no Maranhão.

Em território piauiense, as ferrovias somam 523 km de extensão; o trecho Luís Correia-Teresina-São Luís mede 805 km e o trecho Teresina-Fortaleza tem 695 km de extensão.

A linha-tronco São Luís-Teresina-Fortaleza transporta basicamente minério de ferro, cimento, derivados de petróleo e a safra agrícola do Maranhão.

O movimento maior em Teresina é o desembarque de mercadorias (99% do movimento de cargas) e se constitui essencialmente de derivados do petróleo, cimento e óleo combustível. As mercadorias que saem do Estado em transporte ferroviário são: couro, adubo, cera de carnaúba e alguns produtos alimentícios.

Nova Transnordestina



Figura 02 - Situação Transnordestina

- Topografia e traçado favorecem a implantação do projeto com baixo impacto ambiental
- Crescimento da produção de grãos na área de influência não afeta áreas de preservação e não ameaça florestas
- Aumento da produção de álcool melhora matriz energética e reduz emissão de gases provenientes da queima de combustível fóssil
- Potencial utilização de biodiesel
- Menos poluente: redução do consumo de combustíveis:
 - Rodovia 139 tkb/l;
 - o Ferrovia 474 tkb/l.
- Integra região produtora de grãos aos portos de Pecém e Suape
- Permite levar milho/farelo da região produtora, elimina a importação e alavanca a produção da AVICULTURA, SUINOCULTURA e AQUICULTURA.
- Cria alternativa logística para o algodão do Centro-Oeste, importante para aumento da competitividade do setor têxtil do Nordeste
- Permite integração com o Centro-Oeste via Ferrovias Norte Sul e Ferronorte

SANEAMENTO

Condições Gerais

A Lei nº 11.445 de 05/01/2007, também conhecida como Lei do Saneamento, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e também para a política federal do saneamento. Dentre seus princípios fundamentais podemos destacar:

- A universalização do acesso, garantindo que todos os brasileiros independentes de fatores econômicos ou sociais, tenham direito ao acesso a esses serviços;
- A eficiência e sustentabilidade econômica, elucidando o conceito de desenvolvimento sustentável:
- Controle social, garantindo à população o direito à informação e a participar dos processos de formação de políticas públicas;
- A adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais, o que garante que os projetos sejam mais adaptados a cada região, e por consequência, mais eficientes.

Deste modo, é perfeitamente possível compreender que o saneamento refere-se a medidas adotadas sobre o meio ambiente que têm como objetivo promover a saúde dos cidadãos, garantir sua qualidade de vida, e preservar os recursos naturais.

Os serviços e infraestruturas do saneamento básico são:

Abastecimento de água

Corresponde ao sistema de captação, tratamento e distribuição d'água, e tem como objetivo proporcionar às comunidades água com qualidade e quantidade suficiente para os diversos usos exigidos;

• Esgotamento Sanitário

É constituído por todo sistema de captação, tratamento e lançamento do efluente tratado, e deve ser separado do sistema de captação de águas pluviais, e tem como objetivo evitar à exposição das pessoas as doenças que podem ser veiculadas através do contato direto com os esgotos domésticos e ainda garantir a preservação dos mananciais ou outros pontos de lançamento;

Manejo de Resíduos Sólidos

Inclui as estruturas de limpeza urbana, coleta, tratamento ou destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos. Podemos citar como exemplos usinas de compostagem, usinas de reciclagem, aterros sanitários e de materiais da construção civil.

Drenagem Urbana

Constituído de todo sistema de captação de águas pluviais, é composto basicamente pelas sarjetas, bocas de lobo e galerias pluviais. "A falta ou ineficiência de medidas de saneamento acabam sobrecarregando nosso sistema de saúde com casos que poderiam ser evitados, e que custariam muito mais barato se a prevenção fosse a política adotada".

Saneamento Básico no Piauí

No Piauí o saneamento básico é sem dúvidas motivo de grande preocupação para a administração pública, posto que, os indicadores relativos ao cenário vigente para o saneamento em nosso estado, demostra grande fragilidade sanitária, ampliando sobremodo os problemas de saúde pública a serem equacionados pelos governos de estado e municípios.

População sem água, esgotos, coleta de lixo e sujeita a inundação

LOCAL	População Sem água	População Sem Esgotos	População Sem coleta lixo	Domicillo sujeito a inundação
TERESINA	38.105 hab.	570.856 hab.	36.519 hab.	290 dom.
	(4,41%)	(66,61%)	(4,22%)	(0,1%)
PIAUI	748.587 hab.	2.177,351 hab.	1.406.506 hab.	4.240 dom
	(22,87 %)	(66,52 %)	(42,57 %)	(2,31 %)
BRASIL	34.232.967 hab	71.723.214 hab	50,351,251 hab	1.622,072
	(14,29%)	(34,13%)	(23,90%)	(3.2%)

Fonte: SNIS 2019

No Ranking do Saneamento do Instituto Trata Brasil (2021), em que foram relacionadas as cem maiores cidades brasileiras, a capital piauiense ocupa a incomoda 83ª posição. E, no estado a situação assume proporções dramáticas refletindo negativamente na qualidade no cotidiano das pessoas, principalmente em período de seca e o aprofundamento da crise hídrica.

População com água, esgotos, coleta de lixo e sujeita a inundação

- 95,59% da população total de Teresina (zonas urbana e rural) tem acesso aos serviços de abastecimento de água. A média do estado de Piaul é 77,13% e, do país, 83,71%.
- 33,99% da população total de Teresina (zona urbana) tem acesso aos serviços de esgotamento sanitário. A média do estado de Piaui é 33,48% e, do pais, 65,87%.
- Em TERESINA, 95,78% da população total é atendida com coleta de Residuos Domiciliares. Vale reparar na diferença da taxa de cobertura da população urbana, de 99%, frente à população rural, de 42.8%.
- Problemas nos sistemas de drenagem e manejo das águas pluviais podem desencadear impactos diretos sobre a vida da população nas áreas urbanas. 0,1% dos domicilios de TERESINA estão sujeitos a risco de inundação. De 2013 a 2019 foram registradas 3 enxurradas, inundações ou alagamentos.

Fonte: SNIS 2019

Águas e Esgotos do Piaui S.A (AGESPISA)

É a empresa estadual de economia mista responsável pela gestão dos Sistemas de Abastecimento d'água (S.A.A) e esgotos sanitários de (S.E.S) grande parte dos municípios piauiense, desde a implantação, operação, manutenção e expansão dos referidos sistemas, conforme os indicadores abaixo relacionados:

- Sistemas em operação: 153 Munícipios e 25 povoados (total de 178 sistemas);
- Captações Mistas: Mananciais de superfície (Rios, Açudes, Lagoas e Barragens); Mananciais Subterrâneos (Poços Tubulares);
 - Estações de tratamento d'água ETAs (42und); ETEs (20ud);
- Índice de cobertura com S.A.A(s) no Estado do Piaui, refere-se ao percentual de atendimento da população urbana dos municípios com sistema operados pela Agespisa, calculada em 2.003.063 hab.(s) onde são efetivamente atendidos 1.777.468 hab.(s), ou o equivalente a um índice de 88,74% de cobertura.
- Índice de cobertura com S.E.S no Estado do Piaui, para atender os municípios com sistema operados pela Agespisa, com uma população urbana calculada em 2.003.063 hab.(s), são efetivamente atendidos 278.672 hab.(s), equivalente a um índice de 13,91% de cobertura;

Atualmente, a zona urbana de Teresina está sob responsabilidade da empresa Águas de Teresina (AEGEA), por força do processo de subconcessão ficando a Agespisa responsável apenas pela zona rural do município.

• A administração de todos os sistemas da AGESPISA é realizada através das Gerencias Operacionais, com sedes estrategicamente estabelecidas em municípios